



*EBC - Empresa Brasil de Comunicação  
SCRN 502, Bloco B, nº 80  
70720-502 Brasília DF  
Caixa Postal 08840  
Fone: (61) 3799-5200*

## **NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 38ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC**

Data – 22 de agosto de 2012

Hora – 13h30min

Local – Sede da EBC

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiros e conselheiras, por favor.

Eu gostaria de dar início à reunião, porque temos que aproveitar as ministras aqui, porque elas fogem antes. Então, queremos aproveitar tudo possível.

Bem-vindos à 38ª reunião.

Consulto os conselheiros e as conselheiras, sobre a ata da reunião anterior, se precisamos fazer algum ajuste. Conselheiro Paulo é nosso leitor de atas. O senhor tem alguma retificação? Essa está excelente?

Com esse veredito, então coloco a ata em votação, dispensando a leitura.

Aprovada.

Vou passar diretamente aos informes, que são numerosos inclusive. Em primeiro lugar gostaria de informar aos conselheiros que nós avaliamos como crônico o problema da estrutura do conselho curador. Durante o mês passado conversamos muito com o Antônio, com a Raquel e com o Diogo sobre essa questão. No dia 2 de agosto, nós tivemos uma reunião com o Presidente Nelson Breve; e foi aprovada, na reunião de diretoria do dia 6 de agosto uma nova estrutura para o Conselho. Nós vamos ter mais duas pessoas trabalhando diretamente conosco, além da Raquel e do Antônio. Uma delas vai trabalhar na área de comunicação do Conselho; vai ficar responsável pelos informes, pelas notícias do conselho. E a outra pessoa responsável por tocar as câmaras temáticas e as pesquisas – é uma coisa mais de pensar um pouco o trabalho do Conselho.

Essa questão, como eu disse, já está aprovada pela diretoria e em breve, acho que no máximo em quinze dias já estaremos identificando e recebendo essas novas pessoas.

Eu queria até agradecer a sensibilidade da direção da Casa, com essa questão de dar mais suporte para o Conselho. Acho que podemos desenvolver trabalhos mais importantes e interessantes com essa nova estrutura.

Eu ainda não tenho detalhes de como vai ser o recrutamento dessas pessoas e tal, mas ao longo dos dias vamos acertar isso tudo. Obrigada, Nelson, por sua sensibilidade.

### **CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**

– Essa indicação de minha ausência foi um “puxão de orelhas”?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Foi. Eu sou sutil. Bem-vinda, cara Vice-Presidente.

Segundo informe que gostaria de dar é com relação àquela resolução da criação do Comitê da Diversidade Religiosa. O Ministério da Cultura deve indicar a Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg; a EBC indicou o Diretor de Produção, Rogério Brandão e Valter Silveira, Superintendente de Programação; e ainda está pendente a indicação da Secretaria de Direitos Humanos.

Vamos ter dois conselheiros representados nesse Comitê. Um deles é o Conselheiro João Jorge; e a outra é a Conselheira Heloisa Starling, que acaba de ser comunicada desse fato.

Não, eu te consulto, Heloisa. Eu tinha pensado em você. Acho que poderia dar uma grande contribuição. Sim? Então, resolvido.

Os dois representantes, então, do Conselho Curador nesse Comitê serão a Heloisa Starling e o Conselheiro João Jorge.

Lá não tem suplente.

#### **CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**

– É o seguinte. Eu sou assessora da Comissão Nacional da Verdade. Estou vindo a Brasília todas as semanas, mas a agenda da Comissão Nacional da Verdade é uma agenda complicada, e às vezes as coisas atropelam. Ontem, por exemplo, saímos de lá às nove horas da noite. Então, eu não acho que para representar a EBC, que eu vou fazer a coisa corretamente nesse Comitê, exatamente por conta da sobrecarga.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Deixa eu ponderar algumas coisas. Essas reuniões, eu não sei, porque nem foi aprovado o regimento e nem nada, mas não

serão semanais, nem diárias. São esporádicas, eu imagino, para avaliar as propostas de programação religiosa.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**

– Pois é. Veja se faz sentido. Eu acho que não faz sentido. Olha, a Comissão Nacional da Verdade, aula na universidade e EBC, e mais pesquisas, CNPQ e tal. Não faz sentido. Eu posso sair da EBC e vou para esse comitê, mas mais um não é sério.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Está vendo, ela foge de mim. Mas eu tenho outros planos para você também.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**

– Pensa bem. Pode por na Comissão da Verdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Você está declinando do convite?

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**

– Eu estou agradecendo, honradamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Está bem. Então, gostaria de indicar a Conselheira Ana Veloso. Gente, participação?

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**

– Boa tarde. Eu fico muito honrada com o convite, mas nesse momento, presidente, eu estou finalizando a minha tese de doutorado. E nesse contexto, preciso até fevereiro do próximo ano, defender a minha tese. E aí é um período de muita dedicação à minha pesquisa e eu tenho que terminar. Nesse sentido, a partir de fevereiro eu poderia me comprometer em assumir esse lugar, mas por enquanto, infelizmente, não vou poder.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Terceira tentativa. Conselheiro Takashi?

**CONSELHEIRO TAKASHI TOME** – Deixa-me ver qual a desculpa que ainda não foi dita. Eu estou pobre de desculpas. Posso fazer o seguinte. Como a Ana pode a partir de fevereiro, eu assumo temporariamente, interinamente, até fevereiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Ótimo.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**

– Quando eu defender a tese, aí eu vou respirar mais aliviadamente, aí a gente vê.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eu quero só relembrar, porque foi um esforço muito grande nosso para construir esse diálogo, chegar a um consenso. Então, vamos tomar isso não como uma missão árdua, mas como uma coisa para construir.

**CONSELHEIRO TAKASHI TOME** – Esse tema é muito importante.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Não estou puxando as orelhas, é só um comentário.

**CONSELHEIRO TAKASHI TOME** – Acredito que seja muito importante o tema, e fico muito honrado com a indicação. Acredito que a Conselheira Ana tenha mais qualificações, é mais centrada no tema. Então, eu assumiria interinamente até ela poder se desvencilhar da atividade acadêmica dela.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Está bem. Todos estão de acordo com essa solução? OK.

O terceiro informe que gostaria de dar é sobre a audiência pública do Recife. Aliás, gostaria de agradecer de viva voz, pessoalmente, ao Conselheiro João Jorge, que me substituiu lá na coordenação dos trabalhos, porque não pude comparecer por motivo de saúde. E gostaria de passar a palavra para o Conselheiro, para trazer as impressões sobre a audiência pública.

**CONSELHEIRO JOAO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Boa tarde a todos e todas. Foi muito bom, bacana. Houve uma contribuição significativa das comunidades de Pernambuco que lidam com esse assunto. Estou acabando de ver o relato feito pela Ouvidoria. Foi muito importante e acredito que é uma experiência que a EBC, tendo condições, deve realizar mais. Além da presença do Presidente, que esclareceu muitos aspectos da ação da EBC, também dos conselheiros que estiveram lá presentes, como o

Guilherme, Ana Maria Veloso, e Maria da Penha. Deu um calor e energia muito bacana.

Óbvio que não fiz nenhuma provocação baiana, por estar em Pernambuco, mas foi fantástico.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – A Conselheira Ana gostaria de fazer algum comentário? Eu assisti pela internet, na verdade.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**

– Nós ficamos muito orgulhosos e orgulhosas com as contribuições e, inclusive, discutimos a questão da implementação, efetivação da EPC, que é a Empresa Pública de Comunicação, que o Estado de Pernambuco estava devendo, para a sociedade, uma resposta mais efetiva sobre essa implementação com recursos. Nós assistimos. E eu solicito ao Conselho que aprovemos, obviamente que vamos elaborar, uma moção de apoio à criação da EPC, de congratulações e de apoio do nosso conselho à criação dessa empresa pública em Pernambuco.

Ela já tem a sua legislação sancionada desde setembro e que até hoje ainda não estava efetivamente funcionando de acordo com a legislação, com o que a legislação pedia. Essa foi uma vitória, e para nós, do Conselho, é muito gratificante saber que a TV Universitária de Pernambuco, lá representada, também está discutindo o seu planejamento estratégico. Inclusive tem contado com um diálogo muito interessante, com a própria EBC, nesse processo. Para nós é outra vitória, que ela seja revitalizada para que a comunicação pública no Brasil possa receber também esse reforço da TV Universitária revitalizada.

Os movimentos sociais que lá estavam foram muito eficientes nas questões que levaram a público. Fiquei muito satisfeita com a audiência.

E também agradecer a Antônio, à equipe de produção que esteve lá no Recife, e que organizou. Foram muito competentes, como sempre e deram um show na organização da audiência.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O Conselheiro Strozi também esteve presente. Você quer dar algum depoimento.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Boa tarde a todos os presentes. Na verdade é bem no sentido do que o Conselheiro João Jorge e a Conselheira Ana já disseram. A experiência foi maravilhosa. Acho que o Conselho Curador se referenda cada vez mais, na sociedade brasileira, ao se abrir para ela, para as pessoas começarem a entender o que é Conselho Curador da EBC, o que é a EBC. O que me surpreendeu demais foi chegar em Pernambuco e o nível de debate lá sobre comunicação pública ser altíssimo. As pessoas entenderem o que é comunicação pública e questionarem a EBC para além do razoável, algo que você percebe que elas estão acompanhando a produção de informação na empresa e se colocam como questionadoras mesmo de algo que é público. Então, achei isso fantástico. O Conselho Curador se fortaleceu bastante com relação a isso; também achei interessantíssima a informação da criação da Empresa Pernambucana de Comunicação, que na verdade é um pouco nos moldes da própria EBC. Então, essa concepção de comunicação pública como empresa, na verdade se expandindo pelo País.

Acho que as próximas audiências públicas que virão aí em Marabá e Porto Alegre tendem a legitimar cada vez mais a EBC e o Conselho Curador. Quando digo Conselho Curador é sociedade brasileira representada aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigado.

Pegando o gancho nos relatos da audiência de Recife, dou a informação sobre as próximas audiências públicas em Marabá, no dia 14 de setembro. Inicialmente tínhamos marcado para o dia 15, mas houve uma solicitação para que fosse antecipado um dia para o encontro em Marabá.

A de Porto Alegre será no dia 13 de novembro. E para Marabá está prevista a ida dos Conselheiros Ima Vieira, Sueli Navarro, Murilo Ramos e a minha; Antônio Biondi, pelo Conselho; Braule Ribeiro, pela Rádio Nacional da Amazônia, já foram à cidade fazer uma precursora. A sociedade parece muito interessada em participar dos debates. É para debater não só a rádio, mas a comunicação pública em geral.

Um informe de utilidade pública. Os conselheiros que vão para Marabá precisam estar com a vacina da febre amarela em dia. Por favor, para evitarmos qualquer surpresa.

Algum questionamento com relação às audiências? Não?

Em Marabá é por conta da Rádio Nacional da Amazônia, que faz 35 anos dia primeiro.

Vai ter alguma solenidade aqui?

Todos nós também.

Com relação, agora, à consulta pública, aquele edital que está no ar. Vou dar uma notícia sobre isso. Nós recebemos poucas indicações até o momento. Duas, na verdade. Um pouco antes de começar a reunião eu recebi, em mãos, do representante do

Intervozes, uma ponderação se poderíamos prorrogar por mais dez dias esse recebimento de indicações. Pessoalmente, não vejo nenhum problema. Consulto aos conselheiros se podemos fazer isso.

Para reposição das vagas do conselho que estão abertas. Só duas.

Aprovada a sugestão? Quinze dias?

Peço aos conselheiros que militam mais próximos às associações, que possam também fazer a divulgação desse processo, porque às vezes as pessoas ficam sem saber, na verdade.

Então, prorrogamos por mais quinze dias?

Antônio e Raquel, não tem nenhum problema operacional com relação a isso? Está bem. Aprovado.

A data inicial era 28 de agosto, terça-feira que vem. Então, prorrogamos por mais quinze dias.

Relembro que os integrantes do Conselho não podem indicar pessoas, mas é importante estimularmos a participação.

Aproveitamos para entregar o documento recebido às vésperas da reunião de 27 de junho, que foi encaminhado pela Organização Barão de Itararé e CUT, com sugestões de como poderia ser os próximos procedimentos, as próximas indicações.

Pretendo brevemente fazer uma reunião para ouvir esse tipo de sugestões e tal. Acho importante que venham, porque também não achamos que o modelo que está sendo usado agora não seria o definitivo. Acho que precisa ser aperfeiçoado.

Consulto, também, aos conselheiros se quiserem mandar sugestões sobre isso. Acho importante que todos participem do estabelecimento dos procedimentos de indicação de conselheiros.

Peço, depois, para Antônio avisar sobre o início do debate sobre isso. E aí o conselheiro que quiser participar, será muito bem vindo. OK?

Feitos os informes do conselho, passamos para os informes da Diretoria da EBC.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Rapidamente, só algumas coisas para dividir com vocês. Primeiro a questão do planejamento estratégico. Nós entramos já na fase final. Foi apresentado para vocês quando estava na fase intermediária. Na próxima semana ele vai ser apreciado pelo Conselho de Administração e, portanto, já estamos prevendo que na reunião de outubro possamos fazer uma apresentação do planejamento estratégico até a fase em que ele chegou. Estou disponibilizado já para fazer uma apresentação no geral para vocês tomarem conhecimento.

Lembrando que agora já entramos em novas fases que são decorrentes dele, ou seja, o mapeamento dos processos e redesenho dos principais macroprocessos da Empresa e, também, a proposta de redesenho da organização para fazer frente aos desafios do planejamento estratégico, que estará acontecendo dentro da empresa até novembro, dezembro, mais ou menos. A partir daí tem outras fases, que são desenhos de competências, as competências gerais da empresa, competências específicas das atividades exercidas pela empresa, e coisas que também temos discutido com os funcionários nessa linha do que é necessário para desenvolver e como vamos fazer.

Lembrando que no início do ano houve uma moção em relação à questão do orçamento, quando tínhamos dificuldade

orçamentária. Foi feito um apelo para que o Ministério do Planejamento recebesse, e a presidenta esteve lá com a Secretária do Orçamento Federal. No início de julho, nós tivemos uma reunião muito positiva com ela. Ela entendeu perfeitamente vários dos pontos de vista que vínhamos defendendo em relação à possibilidade de ter, de a receita própria da empresa não influenciar na distribuição dos limites orçamentários. Foi uma conversa muito positiva. Ela sinalizou com a possibilidade de aumentarmos o orçamento do ano que vem com base no aumento das nossas receitas próprias. Evidentemente que sabemos que essas coisas até o último dia as dificuldades orçamentárias que o Governo está vivendo podem influenciar nessa boa vontade que foi disponibilizada. Mas agradeço ao trabalho do Conselho Curador, porque senti sinceridade no que ela falou em relação à sensibilidade do Secretário de Orçamento, e sei que aquela reunião que a Presidente Ana Fleck teve com ela foi muito importante para essa sensibilização.

Portanto, agradeço ao Conselho por esse trabalho que nos ajudou nessa sensibilização.

Também queria dizer que assinamos, com o Governo do Distrito Federal, a participação da EBC na Torre de TV Digital. É um acordo que foi feito para que todas as cinco grandes redes participassem. É um acordo inédito, porque não é apenas dividir a mesma torre. Nós, a EBC, junto com as demais cinco grandes redes de televisão do País, vamos dividir a mesma antena de TV digital, o que é algo inédito. Acho que é inédito, talvez no mundo não exista esse compartilhamento da mesma antena. Com isso, o que acontece? Estaremos em pé de igualdade com todas as empresas, da Rede Globo até as demais. O nosso sinal vai chegar na casa das pessoas com a mesma qualidade. Para nós isso foi um passo muito importante, que demos no início desse mês, ao fazer esse acordo com o Governo do Distrito Federal, que estava meio emperrado por conta de aluguel e condomínio do espaço, mas que chegamos a bom termo.

Queria dizer também que, em relação à contribuição para o fomento da comunicação pública, essa tem sido uma bandeira que temos defendido em todos os fóruns, em reuniões com vários

governadores. Ontem, inclusive, com o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; antes já tínhamos tido com o Anastasia; Casagrande, do Espírito Santo; Jacques Wagner, da Bahia; em Pernambuco, tivemos com o Chefe da Casa Civil – não foi possível estar com o Governador quando estivemos lá na audiência pública –, sempre sensibilizando para a importância. E agora temos dois novos aliados nessa proposta. Primeiro o Presidente do Senado, José Sarney, por intermédio do Fernando Cesar Mesquita, que agora é o vice-presidente do conselho de comunicação social, que estão empenhados em lutar também pela contribuição. E o Ministro Paulo Bernardo, na última reunião que tivemos também se comprometeu a atuar junto ao setor de telecomunicações para sensibilizá-los a abrir mão da contribuição, tendo em vista que eles já recolheram a Condecine corretamente, conforme acordo que fizeram no âmbito da TV paga, e nossa contribuição ainda ficou pendente. Mas o argumento principal que eles tinham, que era a questão de que essa era uma taxa de fiscalização, e, portanto, só poderia ser recolhida para financiar a Anatel, esse argumento já não existe mais na medida em que a Condecine foi recolhida efetivamente esse ano; e queremos que eles também abram mão da nossa ação, o que representaria para a comunicação pública do país, e a EBC principalmente, cerca de 350 milhões de reais por ano.

Por último, só queria dizer que a EBC recebeu dois prêmios ontem. Um foi o programa Caminhos da Reportagem, que venceu o 6º Prêmio da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, com o programa chamado Trens do Brasil, reportagem de Catiucha Nery e Olov Flamínio. Também, ontem, durante o congresso da Sociedade de Engenharia de Televisão, a EBC foi considerada a melhor solução de interatividade desenvolvida para televisão digital terrestre baseada no Middleware Ginga. Portanto, estamos muito honrados com esses dois prêmios, um na área de produção de programação de televisão e o outro na questão da preparação nossa para o ambiente de convergência das mídias que estamos muito gratos em saber que entre as emissoras todas que estavam lá, inclusive as privadas que estão desenvolvendo sistemas de interatividade, o júri do congresso escolheu o da EBC.

Portanto, são essas informações que queria partilhar com todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eu teria algumas outras perguntas para fazer para você, mas vou deixar para o próximo item, Nelson.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Posso tomar a palavra para um informe rápido? Para ressaltar para os demais conselheiros, apenas como conselheiro que estive aqui de manhã, a grande importância de uma reunião que fizemos hoje de manhã, sobre multimídia. Em minha opinião foi uma das melhores reuniões até hoje realizadas sob o ponto de vista jornalístico e técnico. Lá estavam cinco conselheiros, a maioria dos quais jornalistas, mas quero parabenizar a empresa e comunicar aos demais conselheiros sobre a grande importância dessa reunião que será posteriormente, segundo proposta da presidente, uma espécie de caderno virtual, caderno eletrônico, onde será feita uma divulgação disso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigado, Conselheiro Paulo.

Próximo item da pauta, relatórios da Ouvidoria da EBC. Tendo em vista que a Ouvidora, Regina Lima, está de férias, quem vai apresentar o relatório é a Carolina. Prazer, Carolina, e bem vinda.

**A SRA. CAROLINA FARAH** (Ouvidora Adjunta) – Boa tarde. Pois é, a Regina está de férias. Eu sou Ouvidora Adjunta. Meu nome é Carolina Farah. Recebi a incumbência de vir representá-la aqui para apresentar o nosso relatório trimestral. Espero que consiga apresentar à altura que ela sempre apresentou.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Nós mudamos um pouco a disposição da sala, a estrutura, a arquitetura, porque ficava incomodada de ficar de costas para a sociedade civil. E agora estou vendo todo mundo. Por isso que trocamos um pouco de lado.

**A SRA. CAROLINA FARAH** (Ouvidora Adjunta) – Vou começar pela apresentação de maneira geral, até mesmo porque o detalhamento, a análise das questões estão todas no relatório que receberam antecipadamente. Qualquer dúvida, fiquem à vontade.

Nesse princípio, tratamos mais das questões quantitativas. Ressaltando que é um relatório trimestral, que geralmente apresentávamos um bimestral. Agora esse se refere aos meses de maio, junho e julho.

Desses três meses, a Ouvidoria efetivou um total de atendimentos de 1.750 atendimentos; 1.594 do Serviço de Atendimento ao Usuário, que chamamos de SAU, que é o atendimento da Ouvidoria que já tínhamos antes da implementação do Serviço de Informações ao Cidadão, devido à implementação da Lei de Acesso à Informação, quando a Ouvidoria acabou contemplando esse trabalho para ela também, abraçou mais esse serviço.

Então, desses 1.750, 1.594 foram atendidos pelo SAU, e 156 pelo Serviço de Informação ao Cidadão.

Aí tem as porcentagens, para maior clareza da quantificação: 91,1% e 8,9% do SIC.

Agora damos um destaque para as pendências. O Serviço de Informação ao Cidadão não possui nenhuma pendência, até pelo fato de a lei ser um pouco mais rígida e cobrar bastante a questão dos prazos; e devido às responsabilidades também.

Então, as pendências que verificamos são todas do Serviço de Atendimento ao Usuário, que são as que recebemos pelo *e-mail* da Ouvidora e, agora, também pelo portal que foi lançado em julho.

E aí nós definimos, naqueles gráficos, os comportamentos mensais e no final o trimestral. Então, dá para vermos que, no total, nesse trimestre, dos 889 processos, 66 estavam pendentes até o fechamento do relatório; e hoje ainda fizemos mais um levantamento, e 62 manifestações ainda aguardam respostas das áreas competentes. Estamos fazendo uma força-tarefa, com as diretorias, para tentar zerar tudo e podermos atender a todos os demandantes.

Esse gráfico é interessante porque ele demonstra o comportamento mensal, e fizemos de janeiro até julho. Ele demonstra o comportamento mensal das pendências por veículo. O que está em azul é a Agência Brasil, em vermelho o Rádio e em verde a TV.

Nós começamos a perceber que a TV sempre foi a líder de manifestações. Ela recebe, em média, 173 manifestações mensais.

A Agência recebeu, em média, 29 manifestações por mês, e até o mês de abril encerrou sem nenhuma pendência. A partir de maio já apresentou mais dificuldades para cumprir o prazo de atendimento, que é de cinco dias, de acordo com a norma da Ouvidoria.

Já as emissoras de rádio têm recebido uma média de 16 manifestações por mês e o pico de pendência foi nos meses de março e junho.

Essa queda nas pendências é justamente porque estamos tentando um relacionamento mais próximo com as diretorias, tentando sensibilizar e demonstrar a importância que tem em tratar

essas demandas que recebemos de maneira adequada, num prazo possível e aceitável; e também com respostas fundamentadas diretamente ao cidadão.

Agora, mais especificamente, falando do Serviço de Atendimento ao Usuário, que são as manifestações que chegam à Ouvidoria, que não são através do SIC. Foram 1.594 atendimentos. Só para entenderem um pouco do nosso trâmite na Ouvidoria, diferenciamos os que geraram processos e os que não geraram processos. Desses 1.594 atendimentos, 889, ou seja, 55% mais ou menos geraram processos, foram encaminhados para as áreas competentes e a gente aguarda uma resposta, e encaminhamos para os demandantes. 705 foram tratados como pronto atendimento, ou seja, não diziam respeito à atividade nem ao conteúdo dos nossos veículos de comunicação. Então, a gente redireciona para o órgão competente, mas não abrimos um processo interno.

Manifestações por veículo. Também é interessante para que os responsáveis, os diretores enfim, tenham a noção de como seu veículo é demandado, a quantidade de demanda. Agora, nesse relatório, nós incluímos o portal.

A TV Brasil, das 889, recebeu 671 manifestações nesses três meses; a Agência Brasil, 101; as rádios, 63; e o Portal, 54. Apesar de que o portal também só foi colocado no ar em julho, que é mais um novo canal de comunicação da EBC com seu público. Ele foi lançado no dia 16, numa versão Beta, e demonstra, avisa aos usuários que está numa fase de implementação, melhorias; isso é bom justamente porque recebemos muitas manifestações nesse sentido, inclusive foram feitas algumas alterações no portal diante de manifestações de nossos usuários. As contribuições que recebemos são interessantes.

Tipos de manifestações. Aí também apresentamos o comparativo mensal, mas vou dar destaque para o trimestral. Foram 105 reclamações; 69 elogios; 66 sugestões; 64 pedidos de informação, e 24 comentários.

A única coisa que gostaríamos de chamar atenção é que para nós o acolhimento e tratamento adequado dessas demandas recebidas é muito importante, uma vez que além de garantir ao cidadão a sua participação na formação dessa comunicação pública, que tanto almejamos, serve como informação estratégica para as diretorias poderem reavaliar como está sendo visto o trabalho delas, e também para poderem adequar e, enfim, melhorar ou prestar contas para seus leitores, telespectadores, enfim seu público.

Ali estamos apresentando as porcentagens, de acordo com o tipo de manifestação.

Agora teremos mais um gráfico, que é semestral, o comportamento dessas manifestações de janeiro a julho. Ele demonstra exatamente maior e menor intensidade no recebimento das manifestações. Nota-se que as reclamações de janeiro a março mantiveram-se constantes; em abril apresentaram uma redução; e desde maio têm crescido acentuadamente.

O que notamos, o crescimento dessas reclamações, foram através dos leitores da Agência Brasil, nos meses de maio e julho. Recebemos bem mais reclamações, a respeito de erros de informação nas matérias, dados incompletos, ausência de imparcialidade, o que está até demonstrado nos quadros quantitativos. E outro também foi a questão de o Portal ter ido ao ar, que foi em julho e está na versão Beta e exatamente para receber as contribuições e que as pessoas indiquem quais os problemas que estão sendo apresentados ali.

Então, a questão de o Portal ter sido lançado também ajudou a aumentar a quantidade de reclamações. É um canal a mais.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Só para explicar, até porque o Fale Conosco do Portal vai para a Ouvidoria, ele não vai para outra área. Então, eu mesmo que mandei lá minhas contribuições, olha, isso aqui está errado, isso aqui devia consertar etc.; teve cinco minhas que foram contabilizadas nessas aí.

**CONSELHEIRA HELENA CHAGAS** (Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social) – Aumentar a reclamação não quer dizer que está pior; quer dizer, talvez, que esteja democratizando mais, dando mais acesso às pessoas. É que está mais vivo, está tendo mais retorno. Quem sabe, mais audiência.

**A SRA. CAROLINA FARAH** (Ouvidora Adjunta) – E por estar em Beta, por estar assim, Versão Beta, você encontrou algum problema? Aí as pessoas explicam. É mais uma forma de comunicação, que acaba aumentando também as manifestações.

Os elogios cresceram. Ali está dando para ver, em vermelho. E agora estão estabilizados.

Claro que pela TV receber mais manifestações, vai receber mais elogios, digamos assim; e também é legal apontar que a grade de programação da TV tem recebido muito elogio. E alguns programas específicos também. Temos notado isso.

Agora vou apresentar os dados do Serviço de Informação ao Cidadão. Temos três formas de o cidadão pedir informação para a EBC. Foram 156 pedidos de informação nesses três meses. 88 foram via web, que inclusive é um programa que a CGU disponibiliza, o ESIC. 60 por telefone e 8 atendimentos presenciais.

As porcentagens: 56% foram via web; 38%, telefone; e 5,1% atendimentos presenciais.

Essa parte é meio chata, ficar falando de número e tal.

Então, dos 156 pedidos de informação, 101 foram direcionados à DIAF. Isso indica que a grande maioria foram sobre o concurso público.

Até agora não temos nenhuma pendência do SIC. Estamos recebendo muito apoio de todas as diretorias. Então, está tudo certo, todo mundo está recebendo suas respostas e estamos ficando satisfeitos.

Uma coisa que implementamos agora foi a pesquisa de satisfação. Na verdade, desde janeiro que vimos fazendo esse levantamento. Agora resolvemos apresentar aqui para a empresa.

Como fazemos essa pesquisa? Quando terminamos o atendimento do cidadão, mandamos um questionário para ele, justamente para termos o *feed back* de como ele avalia o nosso serviço, o serviço que prestamos. Os aspectos que abordamos nesse questionário é a eficiência, como o usuário avalia o atendimento que ele recebeu, a celeridade, como avalia o tempo, e a eficácia, se a demanda foi atendida.

Agora apresentamos os gráficos com relação à essa pesquisa de satisfação. Com relação à eficiência, ou seja, como o usuário avalia o atendimento que ele recebeu, a grande maioria foi ótimo. Isso é muito bom para nós. E as avaliações que indicam o atendimento como regular, os cidadãos questionam, discordando da resposta que eles receberam. Por isso consideraram regular. Ou então reclamam da demora em receber a resposta.

Foram nesses dois aspectos que o atendimento foi considerado regular na eficiência.

Quanto à celeridade: bom, ótimo, regular e ruim. Continuamos com o índice de mais da metade como ótimo. Quando eles indicam regular e ruim, reclamam também do tempo que demoramos para responder, e aí precisamos realmente da

sensibilização das diretorias, na questão do prazo de cinco dias, que a norma prevê.

E a eficácia, chama atenção porque 38,3% dos nossos demandantes se dizem insatisfeitos com nosso atendimento. E os motivos são: consideram as respostas parciais, ou não consideram que sua solicitação foi atendida. Com as respostas recebidas, se consideram insatisfeitos porque falam, ah, não existe tal vídeo disponível no portal; e aí a diretoria de programação, por exemplo, fala esse vídeo tem direitos autorais, não podemos publicar. Então, ele também se sente insatisfeito.

É mais ou menos nesse sentido.

Problemas técnicos também tem muita reclamação com relação às respostas recebidas.

A questão quantitativa, também queria apresentar, e os detalhamentos também estão naquelas tabelas constantes do relatório.

Agora vamos falar um pouco mais da parte analítica do relatório. Queria só lembrar que esse relatório é feito com a contribuição das três ouvidorias adjuntas. Então, eu realmente estou dando uma passada por alto, porque os detalhamentos maiores estão no relatório, e também os questionamentos também podem ser direcionados posteriormente para a Ouvidoria específica que fez; ou podemos responder conjuntamente. OK?

As percepções da TV Brasil. No mês de maio as observações foram sobre a faixa de programação infantil. Foram analisados três programas, e as considerações estão na página 47/48 do relatório.

No mês de junho, a produção de pautas. A observação da Ouvidoria Adjunta da TV foi a respeito da produção de pautas.

Detectou uma necessidade de aprofundamento e contextualização dos assuntos; abordagens de todas as matérias.

E no mês de julho, a adequação de linguagem. A gente recebeu uma demanda de uma reitora a respeito do Programa Cara e Coroa, e aí a Ouvidora da TV fez a análise do programa e teve essa percepção e fez essas observações, que é necessário fazer uma adequação de linguagem, excluindo da linguagem formas de tratamento que denotem preconceito e racismo, mesmo que as expressões pareçam inocentes ao senso comum.

Eu até peço desculpas se não estou me aprofundando muito no relatório, porque o tempo não permite e estou um pouco nervosa.

Quanto à rádio, também com relação aos três meses. Em maio as observações foram referentes a intensificar matérias, blocos de assuntos voltados ao interesse público: educação, saúde, meio ambiente. Até a própria lei da EBC, nos princípios da comunicação pública prevê isso. E estamos sabendo que estão havendo mudanças na programação lá no Rio. Acho que isso vai ser contemplado.

Em junho tivemos várias demandas de ouvintes que moram fora do país, solicitações de cartão KSL. É tipo uma confirmação de que eles estão... Então, para ampliar a visibilidade da nossa comunicação e das informações jornalísticas e culturais do nosso país, observamos que se fosse criado um cartão KSL conseguiríamos uma ampliação e divulgação maior do nosso rádio, das informações prestadas no rádio.

Em julho, o aspecto que detectamos é que há necessidade de inovação no atendimento dos ouvintes das rádios. Colocamos que é agregar valor estratégico ao processo de atendimento das rádios. Como isso já foi debatido aqui, falado em outras reuniões, existem alguns canais de comunicação, por exemplo do cidadão com as rádios, se pudessemos inovar esse atendimento, dar uma perspectiva para ele, podemos ter muitas informações importantes e muitas contribuições dos ouvintes.

Quanto à Agência Brasil, a Editoria Nacional é que foi observada no mês de maio. Houve uma sugestão de que, no formato da Editoria, fossem inseridas seções temáticas. Para que dentro daquela editoria fossem colocadas subseções temáticas tratando de temas de cidadania pública em geral, como gênero e raça.

Em junho foi a dificuldade de pesquisa no site da Agência, diante da apresentação daquele vídeo institucional, falando de números, de matérias e tal. Tentamos, em nosso relatório de junho, verificar aquelas matérias a respeito da Rio +20 e encontramos grande dificuldade no sistema de busca. A gente não conseguia chegar ao número apresentado. Isso, inclusive, está demonstrado também no relatório.

Talvez isso não demonstra um problema da Agência, mas de repente do sistema, que seja necessária uma melhoria no sistema de busca. Recebemos várias demandas de leitores que reclamam que têm dificuldade de encontrar matérias e fazer pesquisas. Seria essa a observação que fizemos.

No mês de julho, justamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente fazer aniversário, completar 20 anos. E também por ter acontecido a Conferência Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes aqui em Brasília. A cobertura com relação à temática criança e adolescente foi observada durante o mês de julho na Agência Brasil. Foi observado que foi dada pouca importância à temática, sendo que é um tema que precisa muito ser discutido dada a sua importância, inclusive constitucional. As poucas matérias produzidas não trouxeram o contexto, simplesmente noticiaram o que aconteceu na conferência. Não citaram o ECA, não citaram a Convenção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Então, achamos que poderia ter aprofundado mais o tema devido à sua importância. OK? Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigado, Carolina. Só para agradecer à Carolina e dizer do reconhecimento de todos nós com a melhoria da qualidade dos relatórios. Acho que o último foi um exemplo disso, e gostaria de parabenizar a Ouvidoria nesse sentido. Por favor, transmita à Regina.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Eu também gostaria de parabenizar pelo relatório. Acho que estão ficando cada vez mais completos. Como funcionário e representante dos funcionários, nesse momento, acho que está sendo extremamente válido para as pessoas de dentro da empresa entenderem melhor com está sendo essa observação da sociedade civil sobre a nossa profissão de formação.

Em relação a esse relatório específico, queria ressaltar, na verdade, dois pontos que achei bastante interessantes e que podem ser importante serem ressaltados para nós, e também para a diretoria. Na verdade, é uma percepção quando você fez análise sobre a programação infantil da TV Brasil, na página 45. Tem um ponto que achei extremamente interessante, que eu vi que algumas emissoras públicas fazem em outros lugares do mundo e que a TV Brasil também poderia pensar sobre isso.

Quando falamos sobre a programação infantil, antes de começar qualquer programa na TV Brasil aparece a classificação indicativa: essa programação é livre para todas as idades. Mas de acordo com a análise da Ouvidoria, e eu concordo com ela, nem todos os programas são para todas as crianças. Existe uma diferenciação das idades das crianças para assistirem determinados conteúdos, mas que são todos classificados como conteúdo livre.

A partir da análise de alguns telespectadores, que fizeram essa medição de conteúdo diferenciada, a Ouvidoria sugere, e é muito legal: assim como os brinquedos infantis trazem na embalagem a recomendação da idade a que se destinam, uma classificação indicativa elaborada pela própria emissora e que constasse na sinopse

do programa seria uma ação de responsabilidade social que geraria confiabilidade.

Acho a sugestão fantástica. Gostaria de reforçá-la. Está na página 48. Achei interessante, porque de fato, para quem tem criança em casa é importante observar que o programa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Desculpa perguntar: quem faria a classificação?

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Acho que a própria TV Brasil. A classificação, não, seria na verdade uma sinopse. Acredito que seja uma indicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Uma indicação, não uma classificação.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Mas classifica pelas idades? Então não sei. Poderia ser, talvez, uma ideia de uma observação maior do Ministério da Justiça em relação a isso. É que eu acho que a sugestão... Hoje aparece livre para todas as idades, e eu achei superlegal essa diferenciação. Achei importante.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Eu gostaria de observar ao colega que está aqui ao meu lado que nessa área é preciso ressaltar que as emissoras comerciais se batem muito contra essa classificação. Eles odeiam isso, para poder jogar aquele entulho todo de monstros etc.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Não é classificação. O nome de classificação é que já está um pouco desgastado. A ideia é muito interessante, claro.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Foi sugerida pela própria Ouvidora. Achei bem legal.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos batizar de outro jeito.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – O Conselheiro Mário está dizendo que outras emissoras podem acabar seguindo isso.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** – Bem lembrado pelo Paulo. As emissoras comerciais de um modo geral colocam isso aqui como se fosse uma restrição à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa. Inclusive colocam isso em relação a outros países, onde existe isso. Então, é muito importante a sua ressalva.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – O outro ponto seria, na verdade, uma análise qualitativa, na página 92, falando sobre uma cobertura da Agência Brasil, sobre a Rio +20, que a Ouvidoria notou uma utilização excessiva de fontes oficiais na cobertura da Agência sobre a Rio +20. Dadas as condições do evento, a própria Ouvidoria coloca a possibilidade de audição e de conteúdos da sociedade civil não seria uma dificuldade. Então, a Ouvidoria classifica que a utilização demasiada de fontes oficiais garante legitimidade ao discurso jornalístico, mas a ausência de

fontes não oficiais compromete o caráter plural da informação e dificulta a formação crítica do leitor. Conclui dizendo que a Ouvidoria recomenda que haja equilíbrio no uso das fontes como forma de suscitar o debate e garantir que a comunicação seja democrática e participativa.

Seriam esses dois pontos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiro Daniel?

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Eu compartilho os parabéns. Acho que é consensual que o trabalho da Ouvidoria tem melhorado cada vez mais. O que eu queria era levantar a hipótese de uma sugestão para darmos maior consistência ao trabalho da Ouvidoria. Não sei se seria viável a cada relatório trimestral, considerando a incidência das críticas, mesmo sabendo pela Ouvidoria que a maior parte delas são encaminhadas, trazer ao Conselho um representante do setor criticado para que ele nos desse o quadro de como essas críticas foram processadas e se foram superadas o objeto dela, ou se não foram, o porquê, isso no sentido de dar cada vez mais consequência ao trabalho da Ouvidoria.

Pergunto se não seria viável a própria Ouvidoria, avaliando qualitativamente as críticas realizadas, e discutindo com a diretoria, tivéssemos aqui trimestralmente os diversos setores da empresa para discutir como estão sendo processadas as críticas no setor.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Presidente, tenho certo receio de que se crie uma espécie de comissão de críticas aqui dentro. É uma coisa a pensar com mais equilíbrio, já que a Ouvidoria faz esse papel. Mas absolutamente não estou cortando a sua ideia.

E gostaria de dizer e parabenizar, dentro do relatório, para não perder a oportunidade, o trabalho feito por um programa que acho excelente, o Caminhos da Reportagem. Eu não poderia deixar de citar como um dos melhores programas da TV. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Da lavra da nossa Ministra Helena Chagas. É de sua lavra.

Conselheira Ima.

**CONSELHEIRA IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA** – A minha colocação é no sentido de verificar que a dinâmica da Ouvidoria nos parece que aumentou nos últimos meses e a dinâmica do Conselho, com relação às temáticas, não acompanhou. Foi minha sugestão que a Ouvidoria fizesse uma análise qualitativa também das reclamações. Eles foram até um pouco além e fizeram algumas propostas e tudo. Só que isso está vindo para o Conselho e não está indo às câmaras. Quando eu vi, agora, a avaliação da programação infantil, lembrei que já tivemos aqui uma apresentação do relatório sobre a programação infantil; e uma das propostas, eu me lembro bem, era essa reservada a essa classificação, entre aspas. Isso não foi seguido. Quer dizer, estamos ali num bate e volta, que não está dando consequência a algumas ações do próprio conselho.

Nesse sentido, talvez a proposta do Daniel seja mais bem aproveitada se fizéssemos, junto às câmaras temáticas, um diálogo com a Ouvidoria e com o setor da EBC responsável por aquilo que foi criticado, por exemplo, no trimestre. Lógico que atualmente, com a formação do conselho do jeito que está não daria, mas talvez com essas duas pessoas a mais, inclusive um que vai acompanhar as câmaras, possamos fazer isso. Se não vamos ficar ouvindo o que a Ouvidoria ouviu, pela segunda vez, e aí fica um bate e volta pouco produtivo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eu agradeço. Conselheira Ana Maria.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**

– A Conselheira Ima me chamou atenção também, e gostaria de saber, por favor, posteriormente, qual foi o encaminhamento dado aqui na página 42 do relatório. É a manifestação de uma telespectadora de Recife, de Pernambuco, quando alega que o Programa Cara e Coroa teve uma conotação digamos assim incoerente, inclusive com o que temos de produção e sugestão para o manual de jornalismo, quando aborda, o jornalista Milton Coelho da Graça dirige-se ao jovem estudante pernambucano que teve um invento patenteado como você. Diz o jornalista: como você, um rapaz franzino de Pernambuco, consegue pensar em algo que ninguém do mundo nunca pensou?

Sei que a telespectadora já fez a manifestação dela, inclusive muito pertinente, de acordo com o relatório; e eu gostaria de receber esse encaminhamento, como foi resolvido, o que foi feito, particularmente para mim, porque quero acompanhar essa questão. Inclusive porque conheço a Professora Cláudia, que encaminhou, sei de sua seriedade e do seu trabalho como educadora. Então, me interessa saber como foi esse encaminhamento em relação ao que podemos entender aqui como inadequado e discriminatório contra os pernambucanos. Assim, quero acompanhar de perto.

Obrigada.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – O próprio Milton respondeu uma carta esclarecendo que não teve nenhuma conotação; que ele morou anos e anos em Pernambuco. É uma pessoa ligadíssima a Pernambuco. Ele pediu desculpas dizendo que não teve nenhuma intenção de ser preconceituoso, de forma alguma.

**A SRA. CAROLINA FARAH** (Ouvidora Adjunta) – Isso que eu ia colocar. O próprio repórter respondeu. A Diretoria de Jornalismo nos encaminhou a resposta e encaminhamos para a reitora. Também está sendo produzido um programa, nosso programa com essa temática, O Público na TV. Não sei quando vai ao ar. Você sabe? Agora em setembro, mas, de qualquer forma, depois encaminho as respostas encaminhadas.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**  
– Quando o programa for produzido, vocês me avisam que vou acompanhar também.

Obrigada.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** – Em relação ao Milton eu acrescentaria o seguinte: o Milton não seria preconceituoso. Ele, durante muito tempo, morou e trabalhou em Pernambuco. Ele foi preso e torturado pela ditadura em Pernambuco. Então, dificilmente... Pode ter escapado a forma de...

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O Presidente quer dar um esclarecimento.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Conversamos aqui de manhã que comunicação não é o que você diz, mas o que o outro entende. A cultura das pessoas, a forma como enxergam o mundo, tudo é diferente. Então, a preocupação não é o fato de ele não ter tido a intenção, o fato é agora de ele saber que tem alguém que se ofende com essa forma, e cuidar para que isso não aconteça mais.

Por mais que façamos as coisas achando que estamos fazendo tudo perfeito, tudo politicamente correto, não ofendendo ninguém, às vezes tem alguém que se ofende. Aí, temos de ter a humildade de dizer o seguinte: não vou ofender, se posso não ofender ninguém. Não é questão de que a maioria não se ofende com isso, mas se posso não ofender ninguém, não ofendo. É isso

que está sendo tratado, a orientação que estamos dando, tanto na parte da programação em geral...

Outro dia teve uma situação com Conhecendo Museus, Ministro, não me lembro mais, mas é a questão da denominação, pessoas com necessidades especiais. Aí, temos insistido muito que as pessoas do movimento de pessoas com deficiência gostam de ser tratadas como pessoas com deficiências. Aí, a pessoa insiste em dizer que há as pessoas que estão grávidas, idosos, que são pessoas com necessidades especiais. Certo. É verdade. Então, tem de se falar pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais, porque é assim que gostam de ser chamadas. O movimento foi se construindo em torno disso.

Então, temos de nos adaptar àquilo, porque, às vezes, um apelido ofende uma pessoa e não ofende a outra. Se procurarmos nos esforçar para não ofender ninguém, melhor, principalmente na comunicação pública.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Eu gostaria apenas de registrar a minha opinião em defesa do jornalista Milton Coelho da Graça que conheço há mais de trinta ou quarenta anos. O programa dele é bastante informal, bastante aberto, quase que uma brincadeira. Então, é coisa que escapou e realmente não vejo necessidade de uma reclamação tão pesada assim.

É uma opinião pessoal minha que eu gostaria de registrar.

**CONSELHEIRA SUELI NAVARRO** – O programa é gravado e vai ao ar, depois, revisado pelo editor? É gravado e editado. Acho que o presidente tem razão, é muito comum em televisão, principalmente em televisão que é mais coloquial, agora, a pessoa que está lá ouvindo não conhece a história de que ele é pernambucano, foi preso. Então, o que passa para ela é essa história. Então, o presidente tem razão.

Acho que temos de pedir aos nossos editores, principalmente, para tomarem mais cuidado. O editor é para isso, para cortar na hora que sentir que não está correta uma afirmação e

que vai ofender. A sociedade está amadurecendo, então, temos de prestar atenção.

Só isso.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Nesse caso específico, tem gente que vai entender que ele estava querendo elogiar, na verdade, e não menosprezar. Só que como teve alguém que entendeu, ele respondeu, a pessoa continuou achando que não, que ele estava errado, então, ela se ofende com isso. É simples assim, é não fazer mais. Pronto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Mais alguém?

Eu gostaria, juntando a contribuição do conselheiro Daniel com a da conselheira Ima, dizer que essa questão das câmaras temáticas de funcionamento, de estudos e tudo, estamos querendo montar exatamente a partir da vinda desses dois assessores novos, porque, da maneira atual, na configuração atual não é possível, não conseguimos fazer nada. Colhemos as duas sugestões e vamos montar alguma rotina nesse sentido.

Próximo item da pauta. Apresentação da programação da TV Brasil.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– É uma preocupação para o presidente e para a TV Brasil que não sei se se sustenta, mas é uma observação de historiador e talvez valesse a pena depois vocês considerarem.

Não há nenhuma atividade, registro documental das atividades, dos procedimentos da Comissão Nacional da Verdade. Acho que isso é uma pena. Não sei como isso seria feito. Não estou propondo que eu vá cuidar disso, não vou, porque a última vez que propus alguma coisa aqui sobrou demais para mim. Então, acho que não sou eu que farei isso. Mas estou preocupada com isso na condição de historiadora.

Acho que se a EBC, a TV Brasil, julgarem que essa é uma preocupação pertinente, deveriam entrar em contato com o Sr. Ministro Dipp e ver. É evidente que existem sessões da Comissão da Verdade que terão de ser sigilosas. Não estou pensando neste momento em reportagem, neste momento estou pensando na importância documental do que está acontecendo lá. Ao final da Comissão, depois de ela se dissolver, aí a TV deveria pensar em fazer, na minha opinião, série documental sobre o que está acontecendo. Acho que é importante para a história do Brasil. Não sei como fazer.

Acho que o Sr. Ministro Dipp poderá sentar com vocês para terem um acordo do que poderia ser feito, caso a TV Brasil e o Sistema achem que as atividades da Comissão da Verdade merece registro documental. Diogo, você devia botar fogo nisso.

É um pedido da historiadora para que seja avaliada a pertinência disso.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Já está acolhido.

**CONSELHEIRA SUELI NAVARRO** – Nós, num acordo com a Deputada Erundina, viajamos e há vários registros, porque há a subcomissão na Câmara acompanhando. Então, algumas conseguimos e algumas são sigilosas realmente. Você tem razão, alguns depoimentos não conseguimos fazer, mas estamos acompanhando toda a parte da Câmara, depoimentos.

Já temos exatamente isso. Não temos ideia ainda. Devemos fazer um documentário, devemos fazer alguma coisa, mas estamos fazendo o registro de tudo o que podemos, porque é fundamental é histórico. Temos de registrar, não podemos deixar passar uma vírgula. Eu ira conversar com vocês para ver se fazemos juntos.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Vamos fazer juntos, vamos conversar com o Sr. Ministro Dipp.

**CONSELHEIRA SUELI NAVARRO** – Fazemos uma parceria e fazemos juntos.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– Não. A minha sugestão – desculpe-me interromper – é que existe um conjunto enorme de comissões estaduais, comissões municipais, o que chamarei aqui do grande acervo das vítimas da ditadura, que são relevantes. O que estou propondo é com a Comissão Nacional da Verdade, que foi uma luta enorme nesse país, que está fazendo um tipo de investigação que nenhuma outra tem as mesmas prerrogativas jurídicas. O que estou propondo é isso. Embora eu ache que é importantíssimo que a TV Câmara, TV Senado, todas as televisões cuidem; a TV de Minas cuide da comissão de Minas, a TV de São Paulo cuide da comissão de São Paulo.

O que estou dizendo para esse Sistema aqui é que hoje este País tem uma Comissão Nacional da Verdade com prerrogativas jurídicas únicas, que não existem outras, nenhuma comissão se iguala a ela, e o resultado dela pode ser muito importante, e foi um esforço enorme da Presidente Dilma para conseguir fazer isso. Acho que a Presidente Dilma tem valor nisso.

Esse é o meu pedido.

**CONSELHEIRA SUELI NAVARRO** – Eu também não estou dizendo que as outras comissões têm mais poder que a Comissão da Verdade em nenhum momento.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– Eu só não estou querendo que apareça o seguinte... Fiz uma proposta e ponto. Fiz um pedido. Só não quero que apareça amanhã, em função dos militantes, dos interessados, 300 pedidos para a EBC, e a Heloísa Starling é quem levantou essa confusão. A Heloísa Starling exclusivamente estava preocupada com a Comissão Nacional da Verdade. Acho que as demais são tão importantes, muito

importantes, vão ajudar, nenhum problema. A minha proposta é exclusivamente para essa.

**CONSELHEIRA SUELI NAVARRO** – Podemos conversar. Não acho que a Comissão da Verdade, a Comissão da Câmara não tenha essas prerrogativas da Comissão da Verdade, tem ou não tem, não estou discutindo aqui prerrogativas, mas um registro histórico, que é fundamental para este País, o resgate histórico. Não estou discutindo poder de comissão. Quem pode mais e quem pode menos. Estou discutindo um trabalho em televisão. Faço jornalismo há trinta anos e vivi na ditadura.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– Eu retiro o meu pedido à EBC.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Acho que vocês estão falando a mesma coisa, mas de maneira diferente.

O que a Sueli estava propondo é um esforço conjunto, da Câmara, que já está fazendo alguma coisa. E nós, que eu achava que estávamos fazendo, estou vendo que não estamos. Propor como poderia ser. Se entender que é só a EBC, a TV Câmara não entra e tal, se se entender que pode ser feito parte por um e parte por outro, é apenas oferecimento de infraestrutura para isso.

Era isso que a Sueli estava oferecendo.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– Estou retirando a minha...

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Agora já foi aceita.

Vou aproveitar, afinal de contas sou representante do Senado Federal, aqui, e incluir também o Senado nesse esforço. Vou falar com a Leila, que é a diretora do Senado.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – Não houve nenhuma reunião da Comissão da Verdade onde era possível entrar, porque existe uma limitação. Deixamos de cobrir e estamos fazendo séries, um assunto de maior interesse da EBC, do Jornalismo. O que estamos fazendo, em termos de Jornalismo, não estamos deixando uma reunião em que temos acesso, em que há informação, de cobrir.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING**  
– Não era essa a minha intenção. A minha intenção não é cobertura. Sei que você está fazendo uma operação Condor. Eu não estava falando de cobertura. Eu só estava preocupada com o registro de algo que é importante. Mas estou retirando.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Você está retirando, mas vou pedir uma audiência com o Sr. Ministro Dipp para oferecer isso. Eu sei o que você está querendo, é acompanhar, não é para divulgarmos imediatamente, mas para registrar o material, guardar e em algum momento isso pode ser usado, se for relevante. É guardar ali. É acompanhar, a história está se fazendo. É importante. Vamos conversar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Dr. Eduardo Castro. Ontem você era presidente? Substituto?

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Substituto. Mais um aprendizado.

Boa tarde, senhores. Obrigado pela oportunidade.

Farei aqui um breve relato sobre aquilo que começaremos a ver na TV Brasil a partir de setembro para outubro, ainda não estamos chamando, porque não é uma nova programação, por enquanto, também não é uma maquiagem na programação que

existe, mas é uma nova comunicação da programação da TV Brasil, que veremos agora, uma ideia de como será essa comunicação, porque ela está sendo elaborada nesse instante para ser entregue no mês de setembro, também uma nova disposição da programação na grade. Estamos modificando de um conceito que vinha de meias horas para horas corridas. Vamos explicar por que e estamos à disposição para mais esclarecimentos.

Também aproveito, um já está no vídeo e outro não está, para que não haja surpresa já vou dizer. Vai aparecer ali no vídeo a Série C do futebol brasileiro. É algo que viemos conversando, perseguindo desde o começo do ano e voltamos a engatar uma discussão, que no âmbito da Diretoria Executiva da EBC está pacificad0 o entendimento de que devemos mostrar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Em homenagem à Ana Veloso, o Santinha, agora vai passar na TV Brasil.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Exatamente. Não só o Santa, como nós também. Ainda tem de passar pelo Conselho de Administração, porque foge de nossa alçada a negociação financeira, mas há um entendimento dentro da Diretoria Executiva do Comitê de Programação de que devemos transmitir, e já encontramos os mecanismos internos para bancar essa cobertura. E a mesma coisa, mas não vai precisar passar pelo Conselho de Programação, em relação às rádios, a Copa das Confederações, a Copa do ano que vem e a Copa do Mundo de 2014. A Rede Nacional de Rádios, a rede de rádios ligada à Rádio Nacional adquiriu os direitos para a transmissão desses dois eventos. Então, temos novidades importantes no âmbito do esporte, tanto no rádio, quanto na televisão.

Passaremos um vídeo agora que dá uma ideia do que é essa nova linguagem de comunicação da TV Brasil, que deve estar no ar a partir de setembro, e como isso vai começar a desembocar em algo que vou chamar, eu não, o Valter, nosso Superintendente de Programação, de mudança em ondas, porque modificaremos primeiro a ordem dos programas, comunicação para o público e ordem dos

programas, depois a feitura de alguns programas, até chegar aos programas novos e, conseqüentemente, alguns deixarão a grade.

Convido a todos para acompanhar o vídeo, por favor.

*(Apresentação de vídeo)*

Essa é a identidade que termina, essa seqüência das cores, com a marca maior da TV Brasil. É isso que veremos com mais frequência na tela, uma nova marca d'água dando mais identidade á TV Brasil.

Repito, não nos arvoremos em dizer que é a nova programação da TV Brasil, há várias estreias acontecendo de programas que já conhecemos, revisão de vários programas que estão na nossa grade e até o ano que vem estaremos fazendo, aí sim, a nova programação da TV Brasil. Até lá tivemos recentemente a aprovação por parte da Diretoria Executiva da implementação do Departamento de Pesquisa que vai sistematizar as informações que recebemos da Ouvidoria, dos atendimentos ao telespectador ou ouvinte, outras formas de pesquisa que recebemos como, por exemplo, do Ibope, pesquisas de opinião, pesquisa da qualidade dos programas que já temos também algumas – do projeto Fique TV recebemos algumas e pretendemos fazer outras, os chamados *(termo em inglês)*, em que o cidadão que assiste fica com o equipamento na mão e diz o que gosta e não gosta instantaneamente, depois temos a capacidade e a chance de ver exatamente qual foi a reação dele a partir daquilo que viu. Com base nesses dados é que iremos formulando a programação.

Neste momento, estamos fazendo um trabalho grande no Comitê de Programação e sistematização de dados, até orçamentários. Por causa da Serpe, que tem um tipo de contabilidade, temos outro na EBC, agora juntamos esses dados. E estamos conseguindo fazer, não chamarei de científico porque não é, mas é com dados mais refletivos além da nossa opinião de acho isso e acho aquilo, cada um acha uma coisa, mas precisamos saber o que o telespectador acha, o que o ouvinte acha, o que o leitor acha, e colocar com dados de críticos especializados, especialistas em programação infantil, pedagogos, esse tipo de coisa. Esse caldo é que vai gerar informações para o Comitê tomar suas decisões.

Já há uma decisão tomada no Comitê que é isso, sim, rever todos os programas. Temos programas na nossa grade que ainda são egressos da antiga TVE, da antiga Radiobrás. Isso não quer dizer que esses programas irão sair da grade, mas solicitamos desses produtores que apresentem novas soluções para aqueles problemas que esses programas estão resolvendo. É tempo de fazer uma mudança nesse sentido e qualificar as nossas decisões para saber o que entra e o que sai da grade, olhando para todos os aspectos, desde se está agradando, se não está agradando, se tem audiência, se tem retornos de outra ordem como, por exemplo, da missão, se cumpre a missão ou não, se gera prestígio para a emissora, se o custo é referente àquilo que é apresentado, se custa muito ou pouco para o resultado que tem.

Enfim, essa é a tentativa agora e acredito que desse ano para o ano que vem... Viemos fazendo isso desde o início do ano. Não é um trabalho fácil porque tem televisão no ar todo dia, porque tem rádio no ar todo dia, mas estamos chegando cada vez mais próximo do objetivo. Já lançamos uma página na internet, para os produtores isso já está avisado, mas vamos avisar a sociedade agora nos próximos dias – acho que já falei disso aqui no Conselho Curador –, uma página na internet para que haja a apresentação dos programas. Da última vez que falei disso, a página não existia ainda, agora já está no ar. É uma outra aberta que está no ar. Estaremos fazendo a divulgação nos próximos dias de qual endereço dessa página na internet para que qualquer cidadão, qualquer produtora, qualquer pessoa que tenha ideia de programa, possam apresentar para a TV Brasil em igualdade de condições perante a direção da empresa.

Daí, a apresentação desse projeto é feita eletronicamente. Claro que há um sigilo em relação ao conteúdo, não é todo mundo vendo tudo, porque ideias valem muito. Isso é passado por uma triagem inicial da programação, da rádio. No caso da internet, como falamos de manhã, pretendemos produzir para a internet também. Caso esse programa possa ser recepcionado pela TV Brasil, pelos vários critérios objetivos, ele vai para o Comitê de programação, e aí temos uma decisão final sobre ele. Ou seja, tornando mais transparente e mais objetivo o sim e o não para aquilo que vem para a TV Brasil.

Também é algo que veremos o efeito no ano que vem na programação, já a partir dessa alteração de programação que estamos construindo com muito cuidado, porque temos apreço pela programação que está no ar. Não fazemos isso porque acreditamos que ela está ruim, não, pelo contrário, mas de tempos em tempos temos de dar algo novo para o telespectador para que o motive a ficar conosco e para que agregue audiência à nossa programação.

É isso.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Eu gostaria de dizer que com esse projeto, na minha modesta opinião, estamos saindo de uma televisão do século XX para entrar numa televisão do século XXI.

Parabéns.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheira Ana Maria.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO** – Eduardo, você já pode divulgar qual é a página? Será na página da EBC mesmo ou terá um link?

Ok. Avise para o Antonio que repassa para o Conselho e passamos a divulgar também.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Consulto o Sr. Rogério Brandão se gostaria de acrescentar alguma coisa em relação à programação.

**O SR. ROGÉRIO BRANDÃO** (Diretor de Produção) – Faço parte do Comitê de Programação e isso tudo é conversado internamente e acordado. A dinâmica da televisão exige isso.

Precisamos de tempos em tempos surpreender o telespectador, digamos assim. Então, como o Eduardo disse, não é uma programação nova, mas readequação de uma programação dentro de um conceito que já estava construído. Ele acaba sendo bastante saudável e estimulante, principalmente para o lado da produção, porque é um desafio para nós podermos reformular os programas que permanecerão e desenvolvermos os novos projetos.

Salientaria que, nesse caso, esse programa Arte do Artista, que é feito com o Aderbal Freire Filho, trará para a programação como um todo, além das outras atrações, um destaque bastante especial, dada a linguagem que foi desenvolvida, a própria presença do Aderbal e o assunto que ele trata, que é basicamente a arte num conceito mais amplo, daí o nome Arte do Artista, que foi uma sugestão da nossa Fernanda Montenegro.

Então, é muito bem-vindo. É bastante saudável para nós e para o público também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Rogério.

Vou aproveitar o gancho do Comitê de Programação e a referência ao Comitê de Programação e noticiar que ontem tivemos uma reunião muito interessante com os conselheiros Mário, Strozi, Takashi, eu e Sueli, sobre aquela questão de metodologia de encaminhamento de sugestões de programas, em que temos um pequeno debate na reunião anterior.

Eu gostaria de passar a palavra ao conselheiro Strozi.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Dando encaminhamento à deliberação na última reunião da Presidente Ana Fleck, angustiada com, na verdade, a ausência de metodologia para o Conselho Curador na participação mais ativa dos membros desse colegiado na sugestão e proposição de novos programas, deliberou que fosse criado um grupo de trabalho para pensar essa metodologia e apresentá-la nessa reunião.

Nós reunimos ontem, conforme a Ana Fleck já disse, e começamos a discussão de como criar essa metodologia para apresentar aqui no Conselho. Várias ideias foram absorvidas de imediato e começamos a pensar de que forma seria interessante, em termos de órgão que contém 22 representantes, uma organização do fluxo de demandas, de ideias, de cada um e na sugestão específica de novos programas.

Tendo essa reflexão, entendemos que já existe um órgão dentro da empresa responsável por fazer essa relação de sugestões, por receber esses pedidos de novos programas, por pensar novos programas para os canais da EBC, para programas novas licitações, que é o Comitê de Programação e de Rede, mencionado aqui pelo Diretor-Geral, pelo Diretor de Produção.

E pensamos o seguinte: se o Comitê de Programação e de Rede já exerce essa função de levantar essas demandas, seria muito importante que o Conselho Curador se aproximasse cada vez mais desse Comitê de Programação de Rede no sentido de tentar entender e de tornar cada vez mais transparente o que está sendo discutido lá. Por quê? Talvez os conselheiros e conselheiras presentes aqui têm ideias de novos programas, de acordo com lacunas que possamos ver na programação, que pedem a nossa legislação, a lei que criou a EBC, direitos humanos, meio ambiente, cidadania, trabalho. Se cada um dos conselheiros ou conselheiras observar que falta determinada demanda, é quase uma obrigação mesmo querermos sugerir que esse programa seja feito.

Mas como organizar esse fluxo? Se o Comitê de Programação já estiver debatendo esse conteúdo nas suas reuniões pouparíamos um pouco energia, caso um conselheiro queira fazer a sugestão de um novo programa e este já estiver sendo debatido pelo Comitê de Programação, pouparíamos um certo esforço.

Então, seria interessante que essas reuniões do Comitê de Programação se estreitassem mais com o Conselho Curador, divulgação de atas para o Conselho Curador. A sugestão de que o próprio Comitê de Programação, que já tem os seus representantes aqui, tivesse uma periodicidade de apresentação dessas demandas aqui nas reuniões do Conselho Curador, de duas em duas reuniões esse encontro, da mesma forma como a Ouvidoria já apresenta as

suas demandas, o Comitê de Programação poderia fazer essa apresentação formal para nós, conselheiros, sobre o que está sendo debatido lá dentro para entendermos quais as demandas que estão sendo colocadas em discussão ali dentro, além da divulgação das atas.

Mas para abrir, na verdade, o leque de diversidade para sugestão de cada um dos conselheiros também poderem acrescentar sua ideia sobre esse novo modelo de programação, sugerir mesmo programas para que isso se torne, de fato, democrático, pensamos – o grupo – que os conselheiros, cada um terá a liberdade, de sugerir os programas ou as concepções de programação que quiserem. Façam essa sugestão dentro das câmaras temáticas específicas de cada um desses assuntos. Então, se estiver pensando num programa novo de esporte, trazer e levar essa discussão para a câmara específica que trata desse assunto, debater essa proposta subjetiva, personalista de cada uma das pessoas dentro das câmaras temáticas como forma de legitimar essa demanda, e uma apresentação posterior aqui no Conselho Curador e para a diretoria também como forma de aprovar ou não aquela demanda que já foi conversada dentro das câmaras temáticas.

Pensamos numa periodicidade de dois momentos, que isso aconteça durante o ano. Um no primeiro semestre e outro no segundo semestre. As câmaras temáticas apresentam mesmo as demandas que foram feitas pelos conselheiros para uma nova programação. E como tudo isso faz parte, na verdade, de um plano que terá de ser aprovado por este Conselho Curador e desempenhado pela diretoria, é importante que o plano de trabalho, que hoje aprovamos no ano corrente, na verdade no ano em que ele vai estar sendo implementado, o ano em que o Conselho Curador está aprovando o plano, seria muito interessante termos em mãos esse plano de trabalho no ano anterior. Pensamos no prazo de novembro como uma data bastante razoável.

Entendemos plenamente a dificuldade de se colocar esse plano de trabalho em mãos para ser analisado no ano anterior, mas seria um pensamento interessante se conseguirmos trazer essas discussões e contribuições do Comitê de Programação da sociedade, dos conselheiros, debater no plano de trabalho em novembro, para aprovar essas medidas no ano seguinte.

Na verdade, vou terminar esse raciocínio lendo, é bem pequena, para ficar bem claro e tirar qualquer dúvida em relação ao que pensamos ontem e, caso haja algum esclarecimento, se os companheiros que fizeram a reunião comigo ontem também quiserem se manifestar, será muito interessante.

Ponto número um. Sugerimos estabelecer dois momentos no ano para o diálogo entre o Conselho e a Diretoria sobre a programação da EBC/TV Brasil, nos quais desaguaríamos os debates, propostas e dúvidas das câmaras temáticas em relação ao tema. O ideal é que as sugestões dos conselheiros e das conselheiras sejam apresentadas prioritariamente nesses dois momentos, antes disso as propostas passariam pelas câmaras temáticas que, por sua vez, seriam espaço de discussão e aprimoramento de ideias levantadas individualmente pelos conselheiros em cada reunião do colegiado ou em outras situações.

Indicar onde está disponível na internet o regulamento do Comitê de Programação e de Rede e qual a data de publicação do regulamento. Ontem analisamos o regulamento do Comitê de Programação e de Rede e baseado nesse regulamento e na legislação do Conselho Curador é que tivemos essa sintonia para propor o que propomos, porque elas estão em sintonia, tanto com o regulamento do Comitê de Programação, quanto com a nossa legislação. Na verdade, seria interessante indicar onde está disponível na internet porque não encontramos mesmo na internet e no regulamento está escrito que a partir da data de publicação já estaria na internet. Então, ficou só essa dúvida, na verdade.

Disponibilizar aos conselheiros e conselheiras as atas das reuniões do Comitê para que estejamos acompanhando o que está acontecendo. Criar momentos no Conselho Curador para que representante do Comitê de Programação traga informações sobre as atividades do Comitê e dialogue com os integrantes do Conselho Curador a respeito das mesmas. Esse tipo de diálogo poderia se dar a cada duas ou três reuniões do Conselho. E explicar em que momento se encontra a elaboração das normas para o recebimento padronizado por parte da EBC de propostas de programação. Creio que o Eduardo já acabou de fazer isso.

O plano de trabalho da EBC deve ser apresentado ao Conselho Curador no máximo até novembro. E solicitar acesso dos conselheiros à programação da EBC/TV Brasil na intranet ou algum mecanismo semelhante, FTP, ou outros, como uma forma de os membros do Conselho Curador terem acesso mais facilitado do que já está sendo exibido na TV Brasil e acompanhar isso de uma forma bastante simples. E se poderia pensar num modelo para fazer isso.

Bastante resumido, mas é isso. A nossa conversa ontem foi bastante interessante, bastante complexa, bastante produtiva. Em suma, é mais ou menos isso que sugerimos ontem. Se eu tiver esquecido de alguma coisa, por favor, acrescentem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O diretor Eduardo pediu a palavra.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Já algumas demandas são simples, como em relação às atas do Comitê. Não sei se há alguma restrição formal, mas da nossa parte não há problema. Elas existem, estão ali. Em relação à página na internet já falei.

Estamos publicizando esse mecanismos nos próximos dias. Terei dificuldades e já me penitencio desde já, a seguir o modelo do ano passado, será a direção geral que será responsável por sistematizar todos os dados, então terei dificuldade em entregar o plano de trabalho do ano de 2013 no mês de novembro, mas não o de 2014, porque como é algo que viemos montando ao longo do ano, se eu entregar em novembro estará faltando parte. Comprometo-me que para o ano que vem, do mesmo jeito que estamos puxando, a gente puxa a entrega do plano de trabalho também. Não vejo problema nenhum. Não sei se isso teria algum impacto.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Na verdade, estamos trabalhando para isso no sentido de que, como o conselheiro José Martins disse na reunião em que fomos aprovar o nosso plano de trabalho desse ano, queremos entregar inclusive quanto custa, ou seja, “isso aqui custa tanto; o dinheiro vem de

onde; do Tesouro; isso aqui não sabemos se iremos fazer, porque tem de entrar receita própria para podermos fazer”.

Então, a ideia é que tenhamos ali, por volta de outubro, novembro, um desenho do que dá para fazer com aquilo que foi a proposta orçamentária do ano. Como o Edu falou, esse ano ainda estamos com dificuldade da mensuração de custo de cada coisa, que é uma coisa que estamos pedindo desde que chegamos aqui, de ter a ideia de exatamente quanto custa, porque o quanto custa não é só o que você está pagando pela coprodução, a hora de quanto aquilo custa interno, na produção interna, nos nossos insumos internos.

Também estamos estruturando a área de captação para que essa diga que “isso aqui será financiado com a captação que iremos trazer de tal lugar, assim e assado”. Isso está bem desenhado. Estamos trazendo cada vez mais próximos. O Edu, creio que ele tenha dito que para o ano que vem essa janela, de tudo aquilo que vamos acolher as propostas de conteúdo de programação, será no início do ano. Esse ano estamos abrindo e fechando a janela para 2012 agora. No ano que vem vamos abrir no início do ano, portanto, para ser analisado antes que enviemos a nossa proposta orçamentária. Portanto, a nossa proposta estará com aquilo que efetivamente precisamos, para fazer o que queremos.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Nós também pretendemos abrir duas vezes a janela e mais pela oportunidade. Apareceu uma oportunidade de fazer um programa sobre outro assunto, então, abre a janela lá, dá um mês, quinze dias, vinte dias, quanto for o prazo, para as pessoas apresentarem seus produtos, suas ideias e propostas.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Essa lei você não combinou comigo, não. Eu não gosto de coisa que é feita sem planejamento.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Pela oportunidade.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – A questão da oportunidade sempre será assim, temos oportunidade de fazer isso, o que vamos deixar de fazer. Se vamos deixar de fazer alguma coisa, tem de se discutir. Portanto, a oportunidade acaba ficando... Aí, como você faz? Aprovar um plano de trabalho no início do ano e vai alterar no meio do ano aquilo que você mesmo propôs e que foi aprovado? Tem de passar pelo Conselho de novo, se tiver alteração no plano.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – É entusiasmo do Eduardo.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Não é simples.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Depois a gente acerta.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Não é simples.

A nossa ideia é estar dois anos na frente, no começo, e um dia chegaremos a cinco, a dez, pensando muito mais adiante. Agora não dá, por isso estamos lá puxando já essa discussão. Essa discussão, para esse ano, a tivemos em dezembro do ano passado. Para o ano que vem, ela fechou agora em agosto, de certa maneira, ainda há alguns ajustes a fazer, mas o grosso está aqui. Para o outro fechará em março, abril, maio, não dá mais.

A proposta orçamentária sairá para que possamos dizer para quem são os nossos financiadores, nossos acionistas, de certa forma, quem gera os recursos de nossos acionistas, que se não aprovar esse orçamento, isso aqui que estou propondo fazer não consigo, portanto, terei de tirar coisas daqui. Você acha que tudo isso aqui é legal? É. Então, me dê o orçamento que preciso para fazer. Essa é a nossa ideia. Vamos trabalhar com ela no sentido de

sempre estar projetando e cada vez mais projetando mais adiante, mais adiante e mais adiante.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Eu gostaria de deixar claro para não haver dúvida que quando falamos que ainda não sabemos quanto custa exatamente, a empresa sabe, o financeiro da empresa sabe. Só que o cálculo que a empresa faz é baseado nos critérios da empresa pública, não nos critérios da televisão; para chegarmos ao rádio, para chegarmos quanto custa um minuto de produção. A noite tem um preço, de manhã tem outro.

Então, estamos pegando os dados que a empresa tem, não é que ninguém sabe, não, sabemos. A Serpe sabe de um jeito. Muita coisa nossa é produzida lá, mas a partir do ano que vem não será mais. A Diaf, que já falamos aqui hoje, sabe de outro. Nós, do Comitê de Programação, deveremos, e a Direção Executiva, por conseguinte, saber de um outro jeito. Para construir essa conta é difícil. Energia elétrica calculamos como? Faz rateio? Energia elétrica para rádio em Tabatinga custa de um jeito, aqui custa de outro, no Rio de outro.

Então, todos esses custos, colocar numa planilha que efetivamente reflita quanto é o custo de cada programa em cada um de nossos veículos tem sido trabalhoso, mas acho que vamos conseguir. Até agora o final dessa tarefa está pronta. Estamos queimando a “mufa” para fazer isso já há seis meses, mas acho que estamos chegando lá. O resultado em 2012... Em 2013 ainda será melhor que em 2012, mas em 2012 estará bem reflexivo daquilo que é a realidade.

Só para que não haja dúvida, porque estamos tratando aqui de dinheiro do povo. Não sabe? Sabe, sim. Em termos administrativos sabemos. O que queremos saber agora é quanto custa cada minuto de televisão e rádio que fazemos.

Posso fazer os convites? Sempre faço os convites. São três. Primeiro. Sete de setembro. Além da transmissão que sempre fazemos de desfiles, que é algo que tem uma resposta popular muito surpreendente, para quem não sabe, e interessante, estamos fazendo uma transmissão conjunta. Será a primeira vez que faremos isso na

EBC. Na hora do almoço iremos comemorar os 90 anos da radiodifusão no Brasil.

A radiodifusão nasce na exposição de 1922. Eptácio Pessoa faz a primeira transmissão experimental e, depois, aquele transmissor nas mãos de Edgar Roquette Pinto vai se transformar no transmissor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e, depois, vai se transformar na Rádio MEC, que é uma das nossas emissoras. Então, achamos que é representativo marcar os 90 anos da primeira transmissão radiofônica, rádio difusora no Brasil, e de um veículo que depois vem a ser ligado à EBC. Faremos uma transmissão simultânea em todos os nossos canais de televisão e em todas as emissoras de rádio. Será a primeira vez que isso irá acontecer. Dia sete de setembro. Faço esse convite.

Também faço o convite para que estejamos todos atentos, ainda vai se confirmar a data, então farei um convite sem data, o aniversário da Rádio Nacional Amazônia será dia 1º de setembro. Faremos uma celebração aqui em Brasília, movimentando eventuais parceiros para novas empreitadas da rádio e quem se interessa pelas questões da Amazônia. Será na primeira quinzena do mês de setembro. São os 35 anos da Rádio Nacional da Amazônia. Evidentemente todo o Conselho será convidado para essa ocasião.

Para nós será muito interessante, porque não só estaremos comemorando o aniversário da nossa rádio, como também lançando as bases, fazendo funcionar na prática a primeira rede de rádios da EBC, a primeira rede de rádios pública do Brasil, que será a Rede de Rádios da Amazônia. Estivemos em Manaus, eu e o Orlando Guilhon, superintendente de rádio, o Bráulio, nosso gerente da Rádio Amazônia, com seis emissoras de rádio. Quando falamos em transmitir para a Amazônia inteira efetivamente falamos em transmitir, porque estamos falando de ondas tropicais, ondas curtas, ondas médias e frequência modulada. Então, para nós é um marco importante. Eu gostaria de dividir essa informação com o Conselho Curador.

Na programação faltou, sempre falta alguma coisa, mas falamos do Igarapé Mágico, que é um programa que apostamos muito para o universo infantil, mas também ainda estamos finalizando com o Instituto Vladimir Herzog e com outros parceiros,

primeiro um programa para, depois, se transformar em algo mais permanente na programação sobre direito humanos, que é uma marca que o Nelson tem insistido muito e que precisamos deixar na programação. Temos de materializar isso e já temos trabalhado nesse sentido e estaremos colocando no ar a partir do ano que vem. Era o que faltou no vídeo.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Consulto aos conselheiros que estiveram presentes na reunião de ontem, pois, claro, a palavra está aberta a todos.

Conselheiro Takashi, depois o conselheiro Martins.

**CONSELHEIRO TAKASHI TOME** – Eu gostaria de cumprimentar as colocações do conselheiro Guilherme. São dois pontos.

Uma proposta também que aprovamos foi... Na verdade essa ideia não é nossa, mas nasceu numa conversa na Ouvidoria, a Carol estava presente, também o Tiago e a Regina, que deu essa sugestão, que temos um problema, é o seguinte: todos os conselheiros têm atividades profissionais, então não é possível para nós acompanharmos ou assistirmos um determinado programa que eventualmente tenhamos interesse porque esse vai ao ar num horário muito específico. Então, qual a solução? Simples. Você acessar via internet.

Assim, são duas solicitações. Para os programas que não têm nenhuma restrição de direitos autorais, que sejam colocados livremente para o público em geral na internet – sugestão da conselheira Sueli -; e que estabeleçamos uma meta, um prazo máximo do tipo: o programa vai ao ar na terça-feira, um prazo máximo para que esteja disponível também na internet, porque se for disponibilizado um ano depois não tem muito sentido. Essa é uma ideia.

Outra ideia. Alguns programas têm problemas de restrições de direitos autorais, então não é possível colocar direto na internet, para esses casos gostaríamos de solicitar que fosse criado uma DTM para que nós, conselheiros e outros funcionários da EBC possamos ter acesso ao acervo. Essa é uma ideia.

A segunda ideia diz mais respeito à organização interna do Conselho Curador, surgiu na reunião passada, o Conselheiro Martins colocou uma excelente sugestão, e em outras reuniões outros conselheiros também tinham colocado ideias pontuais, mas como essas ideias não são formalmente registradas, quer dizer, são registradas em atas, mas não são tratadas, corre-se um grande risco de elas se perderem.

Então, seria necessário que o nosso Secretário Antonio Biondi pudesse estar à mesa aqui para fazer o registro. A proposta desse grupo de metodologia é que a partir da próxima reunião o conselheiro Antonio Biondi tenha assento à mesa. Não sei se algum conselheiro teria alguma objeção.

Essas são as propostas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Só que ele não é conselheiro ainda, será, mas ainda não é. Ele é Secretário Executivo.

**CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO MARTINS FERNANDES** – Eu só queria fazer uma observação, nem é um conselho, apenas relatar parte da experiência nossa. Assim como estamos tratando da programação da TV Brasil, isso comparado com uma indústria significa projetar um produto, no caso o meu ônibus, para a próxima geração. Então, a sua margem de erro é zero, porque se fizer um troço errado, o negócio todo despenca.

Aprendi, já lido nesse ramo há mais de 50 anos, depois estudando muito, há 20 anos venho me especializando numa palavra que se chama inovação. Devorei uma das bibliotecas mais completas do Brasil sobre inovação. Uma conclusão a que cheguei, todos os especialistas falam isso, você não deve nunca fazer pesquisa de

opinião de cliente sobre o seu produto. O cliente nunca sabe o que quer. Ele simplesmente está perto do produto, mas não sente. O vice-presidente da GM disse: "Há 15 anos os americanos disseram que queriam carros maiores, carros mais potentes, maior espaço nos bancos", e eles fizeram tudo isso, e o japonês tomou conta com um carrinho pequeno, quase destruiu a indústria americana. Então, o cliente não sabe o que quer.

Hoje, por exemplo, o cliente não quer comprar uma broca, ele quer um furo na parede. Ele não quer comprar uma lâmpada, quer um ambiente iluminado. Ele não quer comprar um ar-condicionado, quer um ambiente com temperatura agradável. Então, isso, as necessidades que o cliente tem é o que precisamos descobrir.

Então, o ônibus, quando o projetamos, não vou atrás do cara saber se ele está satisfeito com a poltrona ou não. Quando se viaja de ônibus, você vê o cara mal acomodado, a criança não se ajeita, o descansa-braço está muito alto, as pernas do cara não entram embaixo do negócio, mas ninguém reclama, você nem sabe disso. Aí, você vai pesquisando tudo isso e vai criando um ambiente em que as coisas acontecem sem ele pedir. Alguma vez pedimos uma internet? Alguma vez pedimos um Facebook? Alguma vez pedimos malas com rodinhas? Todo mundo no aeroporto era uma porcaria, o cara tinha de carregar a mala, aí a empresa entrou e bolou aquelas rodinhas na mala. Alguém pediu mochila? Um cara olhou e disse que em vez de carregar esse negócio, bota duas alcinhas, e hoje todo mundo tem.

Isso é o que precisamos desenvolver na parte de inovação. Se quiserem tenho uma bibliografia extraordinária. Acho, Nelson, que a EBC, quando você for à nossa fábrica vai ver isso, gente que se preocupe em saber o que os clientes precisam, mas não sabem que precisam. É detectar esses negócios todos como fez o Starbuck. Nunca ninguém pediu um Starbuck. Essas coisas apareceram para nós.

Então, isso não é um conselho, apenas uma contribuição que dou a respeito dessa área de programa. Vocês estão construindo o automóvel do futuro, o caminhão, o ônibus, o avião, e não podem errar, porque se der um erro destrói o sistema todo. É isso que eu queria aportar.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Sábia contribuição do conselheiro Martins.

Obrigada.

Vou propor que façamos um pequeno intervalo antes da próxima pauta, porque as ministras que têm normalmente os horários mais apertados já saíram, então podemos tomar um café e voltar.

*Intervalo*

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos dar prosseguimento a nossa reunião.

O Conselheiro Daniel pediu a palavra.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – ...certos setores da sociedade, o Vanderlei Guilherme entrou nessa qualidade, quando ele não pôde continuar, o Ministro Franklin me procurou, me convidou e vim participar do Conselho e, depois, tive o meu mandato renovado.

Nessa condição de professor evidentemente me interessei muito em avaliar os programas da EBC quanto a essa questão da educação. Reuni logo diversos professores da universidade no Rio de Janeiro, discutimos o assunto. A partir daí eu trouxe uma série de ideias para a câmara temática específica, da qual faço parte e que contempla essa questão da educação. Discutimos na câmara a oportunidade de criar um grupo de trabalho para fazer uma avaliação, como foram constituídos aqui outros grupos de trabalho e que, inclusive, já fizeram os seus trabalhos.

Então, pensamos em constituir um grupo de trabalho para discutir a questão da educação. Isso foi aprovado. Na câmara discutimos bastante isso e, inclusive, imaginamos que esse grupo poderia liderado por uma pesquisadora. Ela tem um currículo

interessante porque combina, e isso não é muito comum, uma indicação à educação e à comunicação. Assim, foi esse grupo de professores do Rio de Janeiro que sugeriu o nome da professora Márcia Stein. A professora Heloísa Starling na discussão da câmara sugeriu um outro professor da UFMG. Então, imaginamos que o grupo pudesse ser dirigido pelos dois.

Depois que os dois se encontraram, traçaram todo um programa de trabalho, considerou-se que a remuneração ia ficar defasada, muito alta em relação aos outros grupos de trabalho. Inclusive, esse segundo professor abriu mão de coordenar juntamente com a professora Márcia Stein o grupo, passando a ser apenas um assessor da comissão.

Essa coisa começou a se desdobrar e não se via um resultado concreto. O grupo de trabalho não se constituía. Também estávamos nos últimos meses da gestão da jornalista Teresa Cruvinel. Havia ali uma série de problemas de relacionamento com o Conselho. Deixamos a nova administração assumir. A nova administração observou que a nova contratação desses grupos de trabalho fugia um pouco da regulamentação jurídica que, a rigor, grupos de trabalho como esse, para serem constituídos, deveriam passar por uma licitação. Compreendi bem o argumento, mas a própria Diretoria acabou concluindo que como esse grupo já tinha passado por todo o trâmite, sido aprovado nas câmaras temáticas e também no Conselho, a Diretoria iria aprovar a constituição desse grupo de trabalho.

Apesar disso, uma série de condições começou a ser formulada para que esse grupo pudesse se constituir. Isso acabou gerando mal-entendidos e, depois, foram recompostos, e hoje, graças a boa vontade da Diretoria Jurídica e da Diretoria Administrativa, o grupo de trabalho parece que vai se constituir, desde que a professora Márcia Stein produza documentos que foram solicitados. Creio que então poderemos ter o grupo de trabalho constituído nos próximos meses.

A minha vontade, como o meu mandato termina no final do ano que vem, era ter realmente uma discussão séria, abalizada, e isso só se viabiliza com um grupo de trabalho profissional dedicado a isso, pelo Conselho, a respeito dessa questão.

Eu queria esclarecer o histórico dessa questão, meus propósitos, porque, a rigor, se fosse possível fazer de outra maneira, para mim tanto fazia, o que me importa é que tenhamos realmente uma reflexão abalizada, como tivemos em relação a grupos de trabalho anteriores. Aliás, para nos precavermos de problemas como houve, a meu ver, no grupo de trabalho que fez a pesquisa sobre a Agência Brasil, que não foram muito satisfatórios, estabelecemos no cronograma desse grupo de trabalho sobre educação uma série de etapas para que possamos, nós, através da câmara temática, avaliarmos o grupo de trabalho. Ou seja, para que não aconteça desse grupo de trabalho receber uma incumbência e daí a seis meses aparecer com um resultado que possa ser considerado insuficiente.

Então, ele será avaliado no começo, no meio do caminho e no final, antes de trazer o resultado final para o Conselho, sempre pela câmara temática. De modo que tomamos precauções para avaliar a qualidade do trabalho e, inclusive, termos a capacidade, se for o caso, de interromper o trabalho no começo, porque depois de seis meses não podemos, senão nos lamentar, se o resultado não for correspondente às nossas expectativas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Tínhamos conversado sobre tentar estabelecer alguns critérios para contratação de pesquisas, não só essa, mas daqui para frente, porque realmente a da Agência Brasil foi problemática por diversos motivos. Eu gostaria, inclusive, de conversar com o senhor, Daniel, para que pudesse coordenar e nos orientar nisso, com sua porção acadêmica, atividades acadêmicas. Que tipo de pesquisa, como atingir os objetivos, esse tipo de coisa.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – O Diogo ainda era Secretário do Conselho, no final do ano passado, quando me fez chegar essa sugestão/restrrição, tendi a concordar com ele. Penso que esses grupos de trabalho, pela sua importância, podem passar realmente por uma licitação. Mas quando concordei com ele, esse me disse que não, que, no entanto, a Diretoria, considerando que o grupo de trabalho foi aprovado já em várias instâncias e outros já tinham também sido aprovados, que ela iria aceitar. Mas estou de

pleno acordo de que os próximos grupos de trabalho devem passar... Se fosse o caso, inclusive, eu estaria disposto que esse grupo de trabalho se submetesse a isso, desde que...

A minha preocupação realmente é ter esse trabalho e essa avaliação realizados, porque a referência da educação é fundamental para a EBC e para a TV Brasil, em particular. Eu, francamente, não gostaria, como professor, depois de passar tanto tempo no Conselho terminar o meu mandato sem ter contribuído nesse sentido de que houvesse uma boa discussão a respeito dessa questão.

Aceito evidentemente a sugestão da Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Que o Nelson situasse o Conselho exatamente dessa questão, como anda esse procedimento, esse processo todo.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – A burocracia é uma coisa impressionante. Eu assisti isso na Presidência da República. Às vezes achamos que é só quando as decisões são muito maiores que isso acontece, mas se vê que na miudeza é a mesma coisa. A burocracia é terrível, porque sempre pode, mas chega na hora em que você não pode. Aí, passa-se o tempo e se perde...

Até na conversa com o Daniel citei que quando estive na Presidência da República cheguei a fazer um relatório que o Presidente Lula me pediu... Esse negócio que o senhor deu exemplo da burocracia, numa reunião qualquer que ele tinha dado, uma reunião em que ele queria um estudo sobre a burocracia, a dificuldade que se tinha para você vencer as etapas da burocracia. Eu falei que eu tinha um exemplo concreto do que estava acontecendo hoje na Secretaria de Imprensa.

Você mandava o processo e o cara devolvia e “não é projeto básico, é termo de referência”. Você consertava o termo de referência, mandava de novo, passava naquele cara que só analisava se era projeto básico ou termo de referência, e voltava do segundo,

que dizia que “não, tem de desdobrar em dois objetos, porque é objeto composto, a licitação...”. Quando voltou na terceira vez, falei que não era possível. Na segunda, já fui com o funcionário do setor e “me explica direitinho como se faz”, e ele fez igualzinho, só que o cara saiu de férias, não sei o que aconteceu, foi transferido, e veio outro e botou um óbice.

Primeiro, pedir desculpas, porque quando o Diogo disse que íamos tocar é porque tínhamos a palavra das áreas que conseguiríamos fazer daquela forma, embora entendendo que de outra forma seria melhor para a nossa segurança, que precisamos, pois respondemos com o nosso patrimônio por cada gasto feito na empresa. Então, para segurança, no futuro, que fizéssemos de outra forma.

Aí, cada hora faltava alguma coisa, porque dentro do processo é isso, há um cara daqui que analisa do ponto de vista jurídico, outro do ponto de vista financeiro, outro do ponto de vista de contratos. Essa área é a primeira, a número um, na nossa área de mapeamento e redesenho de processo. Já decidimos que é essa área de contratos. Como entra o pedido, quais as instâncias que passa, para que consigamos resolver as questões antes. Não é possível. Se não pode, poderia dizer isso com leis, não precisava chegar a mais de seis meses e dizer que não pode. Ah, mas pode, porque vai poder, vamos fazer, já está resolvido isso, faltava um documento.

Às vezes, falta conversa nas pessoas. As pessoas não conversam. É uma hierarquia que vai subindo e subindo, vai descendo e descendo, aí não se chega para a pessoa que está nessa ponta a informação que saiu da ponta lá de cima. Por quê? É conversar e dizer o seguinte: “O que precisa aqui é resolver, isso, isso e isso”, senão a pessoa sempre entende que é má vontade.

O Rogério está cansado de eu dizer a ele que “estão me ligando dizendo que a sua área aí não libera um negócio do contrato tal e não sei o quê. O que está acontecendo? Ele diz que faltou documento. O cara tem que me entregar o documento, só que, às vezes, quando se diz que está faltando tal documento, no primeiro documento, tudo bem. Quando você volta aqui e diz que está faltando mais esse, é o segundo já, aí o cara fica achando que

alguém está de má vontade com ele, o que resulta em má vontade com ele também.

Sempre tenho medo de prometer coisas que não dependam de mim. Mas hoje, de acordo com todas as áreas que mandei fazer juntar com o secretário executivo do Conselho Curador, área jurídica, área de contrato, ou seja, todas as áreas, a financeira também, hoje, só está faltando um documento que a professora precisa mandar para que isso seja efetivamente transformado em contrato para que possamos assinar.

Então, entendemos que o assunto está resolvido. Pedimos desculpas. Sofro muito com isso, constantemente, não vou dizer nem quantas vezes nós sofremos. Normalmente pedimos tal coisa para tal dia. Estabelece-se o prazo. Às vezes se esquece de cobrar, mas daí se você se esqueceu de cobrar naquele dia ninguém vai chegar para você e dizer que não deu para fazer naquele prazo. Não. A pessoa fica acreditando que você vai esquecer. Passam dez dias, quinze, um mês. Daí você se lembra e, nesse momento, você é questionado sobre a data, se não era outra data que havia sido dita e tal. Sempre fica a questão da interpretação. Por isso sempre digo que é necessário documentarmos tudo o que fazemos. Na verdade, eu mesmo contrario minha regra de documentar tudo, e peço tudo verbalmente. É que se costuma pedir durante reunião de diretoria, está gravado e, depois, pode-se checar, mas tudo o que se faz é bom documentar porque é comum nos esquecermos. A outra pessoa com que você falou também se esquece. Passa o tempo.

Portanto, com relação a essa questão de contratos, espero que daqui a seis meses deixe de ser um problema dentro dessa empresa. Esse é o primeiro macro processo dentro da empresa que vai ser estudado, de ponta a ponta, e redesenhado de forma a atender o melhor cumprimento da nossa missão, para que a burocracia não atrapalhe o cumprimento da missão finalística da empresa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Nelson.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Então, já em outro momento dessa intervenção, quanto à dinâmica do Conselho Curador, preocupei-me quando vi o nosso calendário para o segundo semestre em função das audiências públicas, porque nossas reuniões se limitariam à de agosto, à de outubro e à de dezembro. Ficaríamos por dois meses sem reunião do Conselho Curador. Ora, considerando a pauta que nós temos, não me refiro somente à pauta rotineira, mas fixamos uma pauta, quando analisamos o plano anual da diretoria do ano passado, em que fixamos um elenco de questões que tínhamos considerado fundamental discutir, que não formularíamos como critérios para aprovar o plano, o plano estava muito bem feito, minuciosamente feito, inclusive orçamentado, atenderam a todos os requisitos que o Conselho queria, porém, uma série de questões que estavam ali em aberto e que poderão ser mais bem aprofundadas, resolvemos elencar um conjunto de pontos, e isso foi inclusive aprovado pelo Conselho, mas apareceu um papel colocando que essas temáticas seriam abordadas no ano de 2013.

Ora me pareceu que seria de melhor alvitre, salvo opinião contrária, que pudéssemos atacar esse roteiro questões em reuniões que realizássemos em setembro e em novembro. Mesmo porque o Conselho não vai *gran complet* nas audiências públicas. O Conselho é representado por três ou quatro conselheiros em cada audiência pública.

De sorte que não inviabilizaria fazermos as reuniões do Conselho, inclusive me parece próprio discutir esse roteiro em discussões plenárias do Conselho. Hoje vimos realizando como o conselheiro Paulo já se manifestou, uma reunião extremamente fecunda, pela manhã, inclusive pensamos em generalizar através de CDs, em fazer o debate chegar aos demais conselheiros que não puderam vir de manhã. Uma reunião extremamente fecunda, que, no entanto, ficou limitada. Essas reuniões foram pensadas, entre outras razões, para qualificar a intervenção do Conselho do ponto de vista da programação e do controle da programação com sugestões etc. e tal. E infelizmente não pudemos ter todos os conselheiros e não vamos poder ter, não é realista imaginar que eventos haverão, salvo excepcionalmente um Conselho plenamente reunido pela manhã e à tarde.

O que sugeriria era que fizéssemos reuniões em setembro e em novembro, iniciando a consideração dessa pauta, que é muito importante, inclusive é interessante que possamos aprovar isso com alguma antecedência para que possamos ter convidados aqui como já tivemos na reunião hoje sobre convergência das mídias. Tivemos alguns convidados que puderam fazer intervenções o que foi muito proveitoso para vertebrar a discussão.

Essa é uma primeira proposta que tenho.

Uma segunda proposta que tenho é em relação às audiências públicas. Tenho a impressão de que temos feito muitas audiências públicas muito boas, sempre, desde o início, desde a primeira que houve em Brasília, em todas elas têm sido muito ricas, porém, nossa capacidade de aproveitamento dessas audiências tem sido muito limitada. Estávamos considerando esse aspecto, hoje, em relação aos relatórios da Ouvidoria, que são muito ricos, mas às vezes aquelas ideias ficam no ar e não conseguimos definir dispositivos que possam realmente desdobrar, dar consequência a essas audiências, as questões que são levantadas por essa audiência.

Portanto, acho que isso em parte depende de um reforço da nossa secretaria. Óbice que foi superado. A Presidente, daqui a pouco vai informar. Porém, parece-me que precisamos – é a minha sugestão – em cada audiência pública, para cada uma delas tivéssemos uma condição *a doc* de conselheiros para além do apoio à secretaria que pudesse, depois, fazer um estudo das questões da audiência e trazer para o Conselho grandes questões que a audiência tenha levantado, uma síntese dessas grandes questões de modo que realmente pudéssemos fazer daquilo fator de melhoramento da empresa.

Quer dizer, a massa de informações que vem de questões que são levantadas nas audiências públicas fica um pouco no ar. Enriquecem individualmente cada um, mas e os desdobramentos quais seriam. A consequência prática disso.

Então, proponho que já na próxima audiência tenhamos essa comissão *a doc* e se o Conselho considerar que essa proposta tem fundamento, a partir daí teríamos nas reuniões sempre seguintes

às audiências uma súmula dessas audiências com possíveis desdobramentos construtivos para a prática de empresa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Conselheiro.

Concordo com suas sugestões todas. Só faço uma ponderação para a possibilidade ou a viabilidade de fazermos uma reunião em setembro. Aprovamos essa estrutura nova, agora, no começo de agosto, mas ainda não nos apropriamos das pessoas. Existem algumas burocracias, não sei exatamente como vamos fazer isso. Se vamos chamar alguém do concurso e tal. Ainda estamos nessa fase. Acho que o Antônio e a Raquel produzirem – e produzirem no sentido de produção mesmo – uma audiência pública em Marabá e uma reunião do Conselho acho complicado.

Portanto, ponderaria no sentido de que fizéssemos uma reunião em novembro, mais uma, mas não em setembro por essas dificuldades. Também ficamos com a sugestão de alternar essas audiências públicas com reunião do Conselho também foi causado empate pela restrição orçamentária.

E gostaria de que o Nelson nos desse uma explicação sobre isso.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Vou dizer a vocês, e não sei se já falamos nesse assunto antes, mas desde o ano passado que houve contenção de gastos por parte do governo e que se estabeleceu um corte mesmo, forte, na questão das despesas com passagens e diárias.

A EBC já havia feito um ajuste nas despesas de locomoção como um todo, de 2009 para 2010, mas ela tinha em torno de despesas de diárias, de passagens exatamente no custo aproximado de seis e meio milhões nos anos de 2009 e 2010. E foi estabelecido como regra geral 50% de redução nesse tipo de despesa no exercício seguinte, do ano passado. Mas a EBC ainda foi sacrificada até um pouco mais, porque esses limites foram por órgão. Quando chegou à Presidência da República era essa Presidência que

teria que subdividir esse esforço entre todas as áreas. E nós estamos lá junto com o gabinete de segurança institucional, portanto, toda a segurança da Presidência de República, estamos com a secretaria geral, portanto toda a área que cuida do relacionamento com a sociedade, com as organizações da sociedade pela Presidência da República, estamos com a secretaria de recursos humanos, secretaria para as mulheres, secretaria para a igualdade racial. É grande a Presidência da República, que foi preciso redistribuir. Com isso, a EBC no ano passado já ficou com menos de 50%. Então, o que deveria ser em torno de dois milhões e duzentos para as despesas com diárias e passagens – havíamos feito uma estimativa de quatro e duzentos – para aquele exercício, e já pensando num cenário de redução, foi reduzido para dois e oitocentos.

No ano passado, foi feita uma contenção geral aqui dentro, porquanto não houve viagem para nada, apenas para as questões essenciais, e no final do ano, conseguimos colaborar com o governo não gastando nem os dois e oitocentos, mas apenas dois e quatrocentos.

Quando assumi achei que foi bom, porque a economia que fizemos para ajudar no ano passado vou colocar naqueles dois e oitocentos, posso gastar os quatrocentos porque estaríamos assumindo agora, mudança de diretoria e precisamos conhecer a empresa, que está presente em vários estados, e que precisaríamos fazer um relacionamento com vários parceiros que estão em todos os estados, ou seja, todas as áreas teriam mudanças que estariam acontecendo em torno de diárias e vamos ter que chegar a três e duzentos, metade do que foi previsto para o outro ano.

Mas não foi assim que aconteceu. Nosso limite foi mesmo o do gasto, ou seja, foram dois e quatrocentos. Ele veio baixo.

Com um adendo, porque estamos com um contrato de prestação de serviço com a SECON, que temos que honrar, e acompanhar as viagens da Presidenta da República em todos os lugares e outras autoridades que nos demandam por meio de ordens de serviço a que temos que atender. Ou seja, não controlamos nossas despesas com viagens. E temos um contrato que diz que temos que fazer. E esse ano houve mais viagens e a Rio +20. Houve o planejamento estratégico, que demandou muitas viagens do

pessoal do Rio e de São Paulo para Brasília, que fica aqui por dois a três dias na semana ao longo dos primeiros seis meses do ano.

E fizemos todo um trabalho, um estudo, mostrando a injustiça que havia sido feita conosco. Conseguimos levantar dados de todos os Ministérios, mostrando que, em alguns casos, alguns ministérios haviam gastado mais do que era o seu limite no ano anterior e ainda ganhou um limite maior ainda do que aquele. Não vou dizer qual ou quais foram, mas vou olhar para minha esquerda.

Então, houve essa situação, que considerávamos injusta em relação a quem tinha contribuído para fazer o esforço e, depois, é um prêmio a quem não obedece à regra e é uma punição a quem se esforça para cumprir a regra.

Bom, fizemos um documento, encaminhamos à Ministra Helena, que o analisou e considerou o pleito justo, correto e o encaminhou para frente. Mas durante as minhas férias o Eduardo ficou preocupado porque o limite do ano estourou, aliás, estava prestes a estourar em julho. E disse que para a viagem da Presidenta da República não poderíamos enviar ninguém porque não havia recursos. Nesse sentido, imediatamente a situação foi analisada, eles primeiramente disseram que nosso pleito seria atendido, mas de imediato, só liberaram mais trezentos milhões. Então, nosso limite saiu dos dois e quatrocentos para dois e setecentos, que na nossa conta dava para chegar até meados de setembro.

E fizemos também internamente uma redistribuição desses recursos com base no histórico de custos passados e em algumas áreas as quais sabíamos que utilizariam mais recursos esse ano. E construímos um sistema, que chamamos viajômetro, para que cada diretor saiba qual é a posição dele naquele limite, se está chegando perto ou não e até subdivido por áreas. Esse viajômetro é o embrião da gestão orçamentária por unidade de custo. Inicialmente voltado para diárias e passagens e, depois, pretendemos ampliar essas unidades de custo para outros tipos de despesas. Embora a informação seja a de que está tudo certo ou que vai ser aumentado nosso limite, mas não disseram ainda para quanto, em última instância, o dinheiro vai acabar em setembro de novo, porque é o limite que temos.

Não é tática, como o colega está sugerindo, mas foi circunstância. Fizemos tudo que poderíamos fazer para conter as despesas. Não temos feito nada que não seja importante para cumprir nossa missão. Procuramos, principalmente em relação ao Conselho Curador, fazer aquilo que se pactuou, que foi acertado e temos tido a compreensão de que às vezes não dá para fazer tudo o que gostaríamos de fazer naquele momento, estamos trabalhando para que em determinado momento – e quando estamos falando de unidade de custo, por exemplo, dentro da diretoria da Presidência, e não passei isso para a Presidenta do Conselho – possamos saber o que é a parte do Conselho Curador. Não significa que vou tirar ou vou deixar de por, temos que ter em mente o quanto que o Conselho Curador precisa efetivamente para funcionar de acordo com o que os conselheiros acham que seja a melhor forma de funcionamento. Vamos, em determinado momento construir isso.

Agora, tivemos essa situação, que espero seja temporária, porque não é possível que uma empresa como a nossa que viajar é matéria prima inclusive da produção do nosso conteúdo, é matéria prima da nossa prestação de serviço e é matéria prima do nosso controle interno, o controle até externo da sociedade, por determinado conselho curador, não se consiga viabilizar uma quantidade suficiente para que possamos atender às necessidades.

Acho que estamos trabalhando para isso. Hoje, se ela perguntar se podemos fazer as viagens, direi que não sei. Mas dá para fazer? Vamos fazer. Podemos tentar e a hora em que estourar o máximo que se poderá dizer é que daquele momento em diante ninguém mais viaja. Então, parou e não tem jeito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vou tentar contribuir com sua fala, a sugestão é do Antônio, não é minha, mas achei muito boa. Que a reunião de novembro seja em Porto Alegre, porque dez conselheiros já estão inscritos. E podíamos fazer no dia seguinte em Porto Alegre. Economizaríamos passagens de ida e volta.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** –

Presidenta, posso fazer uma pergunta?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O senhor que fazer em Florianópolis, é isso?

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Não se trata de passagens. Além do apoio institucional – é uma pergunta que faço e talvez não esteja bem informado – porque a Petrobrás, por exemplo, tem dado apoio institucional para a EBC, se não me engano. Outros setores, como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil não poderiam institucionalmente apoiar com recursos financeiros, uma vez que isso é crucial para nós?

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – No caso específico da questão financeira, evidentemente que todo apoio é bem-vindo e estamos atrás dele. Nessa questão específica, como somos uma empresa dependente do Tesouro Nacional, é a opção que foi feita em determinado momento aqui, foi criada como não dependente, mas, depois, passou a ser dependente, estamos sujeitos a todos os órgãos da administração direta. Então, portanto, o tratamento para nós, o fato de conseguirmos a sensibilização da secretária do orçamento federal de que a nossa receita própria possa ficar extralimite – é difícil para quem não entende o funcionamento do serviço público – mas é extraordinário para uma empresa dependente do Tesouro Nacional. Portanto, respondendo objetivamente a sua pergunta, dá na mesma, porque minha rubrica vai entrar como despesa de diárias e passagens e tenho um limite para elas estabelecido. O meu limite, não, mas o limite da Presidência da República é por decreto, na verdade, por portaria, o decreto é na linha geral, o Ministério do Planejamento distribuiu os limites por portaria. E internamente, a Copla, que é área de planejamento da Presidência da República redistribuiu internamente, entre a SECON, que é a Secretaria, e a EBC. Aliás, entre SECON e EBC, naqueles dois e quatrocentos nossos, ficaram quatrocentos com a SECON. Eram dois e oitocentos, no total, o que dava menos da metade do que só a EBC tinha gasto no exercício anterior.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Esqueci-me de dizer, quando ele mencionou essa conquista, e queria fazer uma referência, porque a ideia de se procurar e de se fazer moção junto ao Ministério do Planejamento foi da Conselheira Ana Maria, eu só cumpri a ordem e fui à reunião entregar a Moção. Mas quero fazer esse reconhecimento e agradecer a importância disso.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**

– Gostaria de colocar, solidarizando-me com o Conselheiro Daniel, porque na última reunião do Conselho, na ata, inclusive, porque tomei o cuidado de olhar, tinha chamado a atenção para essa demanda que temos de discussões, inclusive do nosso plano, do nosso roteiro. E salvo engano, e se estiver falando algo que já tenha sido contemplado gostaria que os conselheiros e conselheiras me advertissem, temos, diante dessa situação que vivenciamos aqui, discutimos, em relação ao contingenciamento de gastos, urge que façamos esse debate, do modelo institucional da EBC e a relação que tem com o Governo Federal. Esse debate é fundamental. Sei que já estamos fazendo ao longo das reuniões quando discutimos os problemas de orçamento, de busca de recursos, de contingenciamento etc. Mas esse é um debate fundamental que o Conselho precisa fazer e o Conselheiro Daniel foi uma das pessoas que mais discutiu a questão conosco aqui.

E uma outra questão, que aí vou englobar numa discussão que vou trazer para o Conselho, para nos debruçarmos sobre tal discussão, é sobre a questão da temática dos direitos humanos que é pauta do Conselho, é pauta do Presidente da Empresa, no seu discurso, ao dizer que a questão dos direitos humanos seria reforçada nesse nosso diálogo e dentro da questão dos direitos humanos – sei que política de acessibilidade está sendo encaminhada, e gostaríamos de te informe sobre isso na próxima reunião – mas há uma questão fundamental que é a política de gênero e de raça da EBC, que considero deva ser alvo, e até conversei com João Jorge sobre isso, de uma discussão política mesmo, um seminário com a EBC e com o Conselho, até inclusive, óbvio, com alguns funcionários – sei que o nosso companheiro está aqui, mas precisamos aprofundar essa discussão sobre a questão de

gênero e raça, até para que possamos dialogar com as sugestões que demos para o manual. Então, considero que, dentro do tema de direitos humanos gênero e raça têm que ser prioridade, bem como a questão das pessoas com deficiências. A política para acessibilidade é fundamental também. E precisamos fazer esse debate.

E esses dois temas, do modelo institucional e direitos humanos com esses focos, óbvio que temos outros, para mim, na minha concepção, e não sei se os outros conselheiros e conselheiras concordam, estou aberta a discussões e a questões sobre as quais podemos discutir, mas para mim, esses temas são fundamentais. E precisamos fazê-los.

Obrigada.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Acho que as duas discussões são muito bem-vindas, por duas razões. Primeiro, a questão, na discussão do mapeamento de processo e tal, na entrevista, quando me perguntaram qual era o maior gargalo para o desenvolvimento da EBC, de tudo que pensamos em fazer, é o modelo institucional da Empresa. Discutimos a esse respeito com o Ministro Aroldo Cedraz, do TCU, recentemente, porque ele vai ser relator de uma consulta que fizemos, de uma possibilidade de credenciamento de empresas produtoras para a área de prestação de serviços nossa e a área técnica do TCU, ela considera que não pode, contesta parte do nosso Regulamento de compra simplificado e tal.

Digo que se não resolvermos a questão do modelo institucional, e sei que há todas essas questões, não adianta, sempre vamos andar três passos e voltando dois, andando mais três e voltando um. É sempre um soco. Absolutamente bem-vinda.

A outra questão, também acho bem-vinda porque na própria Comissão que está discutindo a acessibilidade houve evolução para a necessidade de se discutir a questão de gênero e raça também no sentido de se estabelecer uma política aqui dentro da empresa também para essa área.

Então, as duas propostas estão absolutamente coincidindo com a agenda em que estamos trabalhando internamente também.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Trata-se de convite. Amanhã, às 16 horas, no [ebc.com.br](http://ebc.com.br), que é o nosso portal, um *hangouts*, nome do sistema, um bate-papo entre um portador de deficiência auditiva e portadores de deficiência visual. Então, vamos ter conversa mediada por intérpretes em libras, e esta é a primeira vez que vamos fazer esse tipo de bate-papo. Temos feito no Portal da EBC experiências com esse mecanismo chamado *hangouts*. O mais recente foi com atletas olímpicos medalhados. Alguns ganhadores de medalhas, conversando de casa conosco. Tive até oportunidade de fazer parte de um deles, não só medalhista olímpico, mas como entrevistador, fazendo minhas perguntinhas.

Esse é o convite que faço para vocês, amanhã às 16 horas. Esse mecanismo, que acho muito interessante, temos usado cada vez com mais frequência, com entrevistas coletivas, todo mundo ao mesmo tempo, inclusive quem está assistindo, de casa. É o convite que faço para amanhã sobre essa temática inclusive.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Por falar em convite, vou aproveitar para comunicar que a presidência desse Conselho recebeu um convite para participar da BBC de Londres para participar do *Public Broadcaster international*, que é uma reunião com radiodifusores do mundo inteiro e esse ano vai acontecer em Londres.

Gostaria de saber se haverá orçamento, passagem para irmos.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Só para fazer um comentário em relação a isso, vamos verificar evidentemente. Nós recentemente falamos com a Ministra Helena sobre isso e ela nos deu sinal verde para que possamos ir a esse evento para trazer para o Brasil, esse evento, em 2014. O próximo será em 2013, nos Estados Unidos, mas não me lembro agora a cidade. Vamos trabalhar para trazer o de 2014 para o Brasil para discutir comunicação pública. Esse é o grande evento das empresas de comunicação pública mundial.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Acho importante o reconhecimento da existência do Conselho Curador da EBC. Estamos construindo isso tudo, e acho muito importante o convite. Por isso, queria comunicar.

Há outros assuntos, e gostaria de consultar os conselheiros se querem fazer alguma outra consideração.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**  
– Gostaria de parabenizar a EBC e à jornalista, minha querida Mara Régia, pelo trabalho da cobertura em relação à questão das pessoas que são escalpeladas. Considero fundamental esse debate. É um debate de que a sociedade ainda não se apropriou. Estive conversando com ela. Mara e a EBC estão de parabéns por tornar público e também por fazer uma campanha com relação a essa questão.

Nos dias de hoje, em 2012, estamos vivendo essa realidade. Para as populações que estão passando por isso, é muito importante essa iniciativa da EBC, em relação à questão dos direitos humanos, não só das mulheres que estão passando por essa situação, mas também crianças e homens o que considero uma barbárie nos dias de hoje. É uma violência e uma barbárie.

Está de parabéns a companheira Mara e a EBC por essa campanha, por essa ação.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** –  
Queria chamar a atenção para o próximo dia 27 completam 50 anos da legislação dos meios de comunicação no Brasil. Pelo que ouvimos hoje de manhã e pelo que temos conhecimento de tudo isso, que é uma legislação completamente superada. A televisão era em preto e branco, o telefone, enfim, valeria uma pauta para talvez discussão de num programa. E alertar aos conselheiros para as várias atividades que muitos movimentos estão programando para esse dia 27 no Rio de Janeiro, aqui em Brasília, para tomarem conhecimento e, se possível, informarem-se a respeito do que estão programando. A

legislação só será modificada se houver uma mobilização da sociedade.

Então, nesse sentido a tevê pública tem um papel importante a cumprir nesse contexto.

Aproveito esse espaço – pequena que não está presente a Ministra Anna de Holanda, vou voltar a falar numa questão que até parece samba de uma nota só, mas é uma questão importante, a Voz do Brasil, que o Deputado Fernando Ferro, de Pernambuco, apresentou uma sugestão de tornar a Voz do Brasil um projeto cultural e memorial do povo brasileiro, em função da audiência, em função de todo um histórico e isso só poderá ir adiante com apoio do Ministério da Cultura, ou seja, esse projeto andarà se o Ministério da Cultura quiser levar adiante para que amanhã a Presidenta Dilma firme um decreto nesse sentido. Apesar de a Ministra Anna de Holanda não estar presente, mas o companheiro representante está presente, tome conhecimento, veja com carinho a importância desse projeto.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Tenho a impressão – eis um assunto a ser esclarecido – caberia mais ao IPHAN – que tem poderes para tratar disso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O Eduardo poderia dar o caminho das pedras. Ele ontem falou muito sobre isso.

**O SR. NELSON BREVE** (Diretor Presidente) – Poderíamos aproveitar e falar da Rádio Nacional. Hoje pedi à Ministra para colocar na pauta.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Ainda com relação a patrimônio material e imaterial, vou falar da Rádio Nacional, que é outro patrimônio que temos, e falamos sobre a questão ontem no Comitê, na reunião da Câmara. O primeiro arranha céu do Brasil que até hoje recebe, no Rio de Janeiro, as instalações da Rádio

Nacional está em vias de ser tombado. Essa é uma medida que já foi tentada por várias vezes. Agora o processo vai chegar ao seu final favoravelmente, tudo indica, porque nós recebemos a cerca de vinte dias o parecer favorável do IPHAN. Então, isso deve ser levado à votação ainda este ano.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Mas é do IPHAN, do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional.

**O SR. EDUARDO CASTRO** (Diretor-Geral) – Que é o mesmo responsável por esse programa. Cabe a ele.

Faço esse esclarecimento porque em outras vezes o processo foi tentado para o tombamento da Rádio Nacional e do próprio edifício por intermédio do Congresso Nacional, mas não deu certo. Acabou arquivado. Então, nesse momento, é nesse sentido que faço esse esclarecimento. E também estamos tentando o mesmo tipo de tratamento histórico para o prédio da Rádio MEC. Além de uma veneração à história do Brasil e a preservação física da destinação daqueles espaços, no momento em que conseguirmos o tombamento do prédio teremos acesso a Fundos e assim conseguiremos fazer reformas nesses lugares, adequações a esses lugares sem precisar gastar dinheiro que nosso orçamento destina à radiodifusão.

É uma medida de fundo histórico, de reconhecimento, mas também de fundo prático, e estamos muito perto de conseguir que isso aconteça.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

Estamos todos cansados, foi um dia longo, desde a manhã, em que houve um debate produtivo.

Gostaria de agradecer muito a presença de todos e vamos em frente. Acho que podemos construir, estamos construindo coisas boas e importantes.

Boa tarde a todos.